

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios Ourém/Torres Novas



Proposta de Plano de Cogestão

2024-2027

dezembro de 2023

Comissão de Cogestão



Índice

1. Enquadramento.....	6
1.1. Âmbito do documento	6
1.2. Elaboração	8
1.3. Aprovação	8
1.4. Âmbito territorial a que diz respeito	9
1.5. Horizonte temporal a que se reporta	9
2. Modelo de Cogestão	9
2.1. A cogestão	9
2.2. Constituição da comissão de cogestão	10
2.3. Passos relevantes a destacar	11
2.4. Missão, Visão e Valores	12
2.5. Compromissos estratégicos a assumir pela comissão de cogestão	12
2.5.1. Eixos de atuação do Plano de Cogestão do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	13
3. Caracterização da área protegida	15
3.1. Localização	15
3.2. Caracterização Genérica	16
3.3. Classificação	18
3.4. Caracterização	19
3.5. Situação demográfica	27
3.6. Património	29
3.6.1. Património natural.....	29
3.6.2. Património cultural	31
3.6.3. Património Etnográfico e Património Etnológico	32
4. Diagnóstico prospetivo da área protegida	36
4.1. Aspetos considerados críticos para o território	38



4.2. Aspectos a serem trabalhados no território	39
4.3. Posicionamento estratégico	40
4.4. Estratégia consensualizada para o território	41
5. Auscultação e envolvimento de atores chave	42
5.1. Atores chave	42
5.2. Processo de auscultação	42
5.2.1. Resultado da auscultação pública no âmbito da cogestão – Questionário	44
5.2.2. Resultado dos Questionários	44
5.2.3. Consulta pública	48
6. Programa de medidas e ações prioritárias	49
6.1. Eixo 1 – Promoção	49
6.2. Eixo 2 – comunicação e sensibilização	50
6.3. Eixo 3 – Valorização e proteção do patrimônio natural	51
7. Instrumentos e linhas de financiamento	51
7.1. Estratégia de financiamento das medidas e ações	53
8. Monitorização	54
8.1. Indicadores de realização	54
9. Publicitação e divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida ..	54
10. Conclusão	55
11. Anexos	55
12. Referências Bibliográficas	56



Índice de Figuras

Figura 1: Enquadramento Administrativo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.....	16
Figura 2: Limite do Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas...	16
Figura 3: Olival tradicional na depressão de Alvados	17
Figura 4: Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios Ourém-Torres Novas.....	18
Figura 5: Vales suspensos na vertente ocidental da Serra dos Candeeiros	20
Figura 6: Polje de Mira-Minde	21
Figura 7: Vista geral da Serra de Aire	21
Figura 8: Algar do Pena	23
Figura 9: Nascente do Rio Alviela	24
Figura 10: Nascente do Rio Almonda	24
Figura 11: Complexo habitacional tradicional serrano	33
Figura 12: “Terra de Milho” delimitada por muros em pedra solta	33
Figura 13: Antiga habitação com cisterna alimentada por caleira	34
Figura 14: Eira	35

Índice de Tabelas

Tabela I: Eixos de atuação do plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN	13
Tabela II: Evolução da População Residente por Município	28
Tabela III: Evolução da População Ativa por Faixa Etária	28
Tabela IV: Análise SWOT ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	37
Tabela V: Resumo das sessões realizadas	43
Tabela VI: Programa de medidas e ações e respetivo orçamento	52

Índice de Gráficos

Gráfico 1 e 2: Distribuição das temperaturas média mensal, máximas e mínimas médias	27
Gráfico 3: Grau de escolaridade dos inquiridos	44
Gráfico 4: Proveniência dos inquiridos	45
Gráfico 5: Acessibilidade, sinalização, segurança, interpretação preço do bilhete	47



Siglas e Acrónimos

ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros

ADIRN – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte

AP – Área Protegida

APRODER – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo

CCG PNSAC MNPD - Comissão de Cogestão do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios

DRCC – Direção Regional de Cultura do Centro

ENCNB 2030 – Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

ICNF, I.P. – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

IPS – Instituto Politécnico de Santarém

MNPD – Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios

ONGAs – Organizações Não Governamentais de Ambiente

PAM – Plantas Aromáticas e Medicinais

PNSAC – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

RJCNB – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

UE – União Europeia



1. Enquadramento

1.1. Âmbito do documento

As áreas protegidas são fulcrais para a concretização das políticas de conservação da natureza, sendo o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., a autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade, que tem a missão de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio e a salvaguarda da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

A resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, dá “...particular atenção às áreas classificadas, cuja valorização se promove através da elaboração de instrumentos de ordenamento claros e objetivos, bem como de planos de ação partilhados e integrados em modelos de cogestão que permitam conciliar a dinamização desses territórios com a conservação da natureza e da biodiversidade”, envolvendo as entidades locais que “detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e o conhecimento do território e das comunidades lhe confere”.

O modelo de cogestão das áreas protegidas pretende criar uma dinâmica partilhada de valorização de cada área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade e estabelecer procedimentos concertados, que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, e gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável de cada área protegida.

Com este modelo pretende-se imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço das áreas protegidas o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área, criando uma nova dinâmica em algumas das áreas fundamentais para a manutenção e desenvolvimento das áreas classificadas, com especial ênfase para os Parques Naturais.

Neste sentido, com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, é definido um novo modelo de gestão das áreas protegidas, que junta a autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, os municípios presentes nos territórios das áreas protegidas e quem, pela experiência, conhecimento técnico-científico e saberes aplicados nessas áreas, possa contribuir para a prossecução das políticas de conservação, valorização e competitividade do território, sempre com o objetivo de gerir, preservar e acrescentar valor aos ativos presentes no território, com todas as especificidades das regiões onde se encontram. Junta também, com a Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional territorialmente competentes.



O plano de cogestão, previsto na referida legislação, articula-se com o Programa Especial da respetiva área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida, e considera, quando adequado, as zonas envolventes à área protegida que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável.

O plano de cogestão do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) e Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios de Ourém-Torres Novas (MNPD OTN), a seguir abreviado como PNSAC e MNPD OTN, consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e pretende ser um elemento estratégico de apoio à gestão desta área protegida para o período 2024-2027. Este plano visa apoiar a criação de uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, com as devidas alterações efetuadas pela Lei n.º 60/2023, de 16 de novembro.

Tendo por base este enquadramento legal, a proposta de plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN, aqui apresentado, consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução obedecendo aos seguintes princípios:

- a) Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros;
- b) Estar suportado numa caracterização e diagnóstico prospetivo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e do Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios Ourém/Torres Novas;
- c) Materializar um conjunto de projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar a área protegida;
- d) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;
- e) Definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista;
- f) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do Plano de Cogestão;
- g) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial da área protegida.

Aquando da elaboração deste documento foram considerados projetos e ações que visaram os seguintes princípios, tal como definido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual:



- Promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;
- Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;
- Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;
- Promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza;
- Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;
- Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais;
- Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;
- Promoção da marca Natural.pt;
- Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território;
- Aprofundamento da gestão colaborativa;
- Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;
- Internacionalização do território.

1.2. Elaboração

A proposta do plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN foi elaborada pela respetiva Comissão de Cogestão desta área protegida.

1.3. Aprovação

Nos termos do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a proposta do plano de cogestão foi sujeita a apreciação e emissão de parecer pelo Conselho Estratégico do PNSAC, tendo sido aprovada por este órgão a _____ de _____ de 2024. Posteriormente, será submetida a consulta pública, publicitada através de Aviso, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na Comissão de Cogestão, por um período não inferior a 20 dias, tal como previsto no n.º 2, do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua



redação atual, e será novamente submetida a parecer prévio do Conselho Estratégico, par aprovação final pela Comissão de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN.

1.4. Âmbito territorial a que diz respeito

O plano de cogestão aplica-se aos limites do PNSAC, disperso pelos municípios de Alcanena, Alcobça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas, recentemente atualizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2023, de 1 de setembro, que aprova a atualização dos limites e o Programa Especial do PNSAC, e, sempre que pertinente, às zonas envolventes, circunscritas ao limite administrativo destes municípios.

Note-se que o MNPD OTN está integrado no PNSAC, pelo que o plano de cogestão se aplica às duas áreas protegidas de âmbito nacional.

1.5. Horizonte temporal a que se reporta

Este plano de cogestão reporta-se ao horizonte temporal de 4 anos (2024-2027).

2. Modelo de Cogestão

2.1. A cogestão

O modelo de cogestão das áreas protegidas, de acordo com estabelecido na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, dá cumprimento ao previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

A cogestão das áreas protegidas concretiza o princípio de gestão de proximidade, baseada num modelo participativo e colaborativo dos diversos atores, públicos e privados, envolvidos na Comissão de Cogestão e no Conselho Estratégico, que perspetiva o reforço da atratividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios que integram as áreas protegidas.

Este modelo, que deverá ser individualizado e em conformidade com a realidade e identidade de cada área protegida, tem cinco objetivos gerais, comuns a todas:

1 – Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e



cultural, incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;

2 – Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I.P., os municípios e demais entidades públicas competentes;

3 – Gerar uma maior relação de proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida;

4 - Contribuir, ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico;

5 - Contribuir para a resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

Constituem entidades envolvidas na cogestão de cada área protegida a Comissão de Cogestão e o Conselho Estratégico.

A Comissão de Cogestão assume as funções de órgão de administração e gestão, perante o Estado e a comunidade, com a missão de criar uma dinâmica partilhada de valorização do PNSAC e MNPD OTN, que aproxime os cidadãos e as instituições relevantes, recorrendo a procedimentos participativos e concertados para um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade.

2.2. Constituição da comissão de cogestão

A Comissão de Cogestão do PNSAC MNPD OTN foi formalizada pelo Despacho n.º 5123/2023, de 3 de maio, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas e pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação. Esta Comissão tem a seguinte constituição:

- a) O presidente da Câmara Municipal Alcanena, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Rio Maior;
- b) O diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão das Áreas Classificadas e Cogestão de Áreas Protegidas de Lisboa e Vale do Tejo;



- c) Representante do Instituto Politécnico de Santarém;
- d) Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- f) Representante da ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros;
- g) Representante da APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo;
- h) Representante da ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte.

Com a aprovação da Lei n.º 60/XV, de 16 de novembro, haverá que incluir nesta Comissão de Cogestao um representante da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro.

2.3. Passos relevantes a destacar

A 17 de janeiro de 2023, os Municípios de Alcanena, Alcobaça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas, solicitaram ao ICNF, I.P. a adoção do modelo de cogestão, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, tendo igualmente, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo decreto-lei, designado o presidente da Câmara Municipal de Alcanena, para presidir à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Rio Maior.

A 3 de maio de 2022 foi publicado em Diário da República n.º 85, 2.ª série, o Despacho n.º 5123/2023, que determina a composição da Comissão de Cogestão do PNSAC.

A 26 de maio de 2023, foi assinado o protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, o ICNF, I.P., e a ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, que regula os termos da colaboração técnica e financeira entre as três entidades, garantindo o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão do PNSAC e MNPD OTN, previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

A 16 de agosto de 2023 foi formalizado o contrato com o técnico para apoio à execução do modelo de cogestão no PNSAC e MNPD OTN.



2.4. Missão, Visão e Valores

No âmbito da cogestão no PNSAC e MNPD OTN a respetiva Comissão de Cogestão estabeleceu a sua Missão, a sua Visão e os seus Valores.

Missão:

Promoção, valorização e divulgação do PNSAC e MNPD OTN, das pessoas e dos seus costumes, garantindo a qualidade da comunicação, sensibilização e visitação, num quadro de sustentabilidade e salvaguarda da biodiversidade.

Visão:

O PNSAC e o MNPD OTN serem reconhecidos, nacional e internacionalmente, por compatibilizar a salvaguarda dos valores naturais e culturais com dinâmicas participativas, colaborativas e inovadoras que promovam o desenvolvimento económico e social sustentáveis e aumentem a visibilidade e a atratividade destas áreas protegidas, numa perspetiva de desenvolvimento territorial inclusivo e responsável.

Valores:

Participação, partilha e cooperação, sustentabilidade, eficiência, transparência, inovação e a conservação do património natural e cultural.

2.5. Compromissos estratégicos a assumir pela comissão de cogestão

A implementação do modelo de cogestão no PNSAC e MNPD OTN requer conceber e dinamizar uma estratégia adequada e ajustada à situação atual das áreas protegidas. O plano de cogestão é o instrumento que irá concretizar essa estratégia, em articulação com o programa especial do PNSAC, e consagra a visão e a estratégia a seguir, tendo por propósito a valorização e a promoção desta área protegida, considerando-se pertinente, integrar as zonas envolventes à AP e que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável.

Tendo por base a análise e diagnóstico da área protegida e a visão dos vários parceiros integrantes da Comissão de Cogestão, descrevem-se três grandes objetivos estratégicos assumidos:

OE1. Promover o desenvolvimento sustentável do território através da utilização racional e da valorização dos recursos existentes, nomeadamente através do estudo, da inventariação e da preservação dos património cultural, da valorização dos produtos locais, da promoção do turismo sustentável, estimulando a manutenção e inovação das práticas ligadas às comunidades e suas atividades económicas, reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar, principalmente, através do



envolvimento e o compromisso da população local, com a definição de uma estratégia de *marketing* territorial que unifique o território.

OE2. Promover a sensibilização e a divulgação do património do PNSAC e MNPD OTN, a participação social, a capacitação e o envolvimento das comunidades e agentes locais, para que contribuam para atingir os objetivos definidos no seu plano de cogestão, colaborando na execução e nos resultados previstos de forma a criar dinâmicas que permitam dinamizar e valorizar estas áreas protegidas.

OE3. Apoiar a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade no estudo, inventariação, conservação e restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, do conhecimento, divulgação e monitorização dos recursos e valores naturais e da gestão da conservação da natureza, aplicáveis ao PNSAC e MNPD OTN, no contexto das mudanças climáticas.

Assim, considerando o diagnóstico prospetivo efetuado para estas áreas protegidas (ponto 4.º deste documento), que permitiu identificar as áreas-chave a desenvolver prioritariamente e conhecer as principais questões identificadas pelos atores-chave da área protegida (ponto 5.º deste documento), a Comissão de Cogestão estruturou o plano de cogestão sob os eixos de atuação indicados na Tabela I:

2.5.1. Eixos de atuação do plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN

Os eixos de atuação do plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN apresentam-se na tabela seguinte e são explanados posteriormente.

Tabela I – Eixos de atuação do plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN

1. Promoção do território
2. Comunicação e sensibilização
3. Valorização e proteção do património natural

Eixo1 – Promoção do Território

É, por isso, necessário promover a preservação do património, a estruturação e a reabilitação estrutural, a valorização dos produtos locais e do turismo sustentável, garantindo a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo do território, estimulando a preservação e inovação das práticas ligadas às comunidades, garantindo que estas mantenham as suas atividades e dinâmicas económicas, reforçando as suas



competências e estimulando a capacidade de empreender e inovar, a par com a proteção dos valores naturais da região.

Eixo 2 – Comunicação e sensibilização

A criação desta área protegida, onde se integra o MNPD OTN, levou, obrigatoriamente, à aprovação de ferramentas de gestão do território que impõem regras mais restritas que as existentes na área circundante ao PNSAC. Uma possível falta de comunicação e de entendimento da população local nesta matéria levou à existência de situações pontuais de atrito/conflito com a gestão da área protegida.

Nesse sentido, entende-se ser essencial criar uma estratégia de promoção do PNSAC e MNPD OTN, com especial enfoque na aproximação às comunidades locais. Considerando que todos os intervenientes na área protegida têm objetivos comuns, que é o melhor e mais harmonioso usufruto da mesma, mantendo os seus valores naturais, é importante que as entidades gestoras, entidades económicas e habitantes locais estejam em perfeita sintonia e articulação.

O turismo de natureza continua em grande expansão, denotando-se uma maior procura das áreas protegidas, principalmente, na vertente do turismo de experiências, onde os visitantes procuram produtos e serviços diferenciados que lhe proporcionem experiências únicas. No entanto, no caso do PNSAC e MNPD OTN não existe uma oferta devidamente organizada das infraestruturas e dos recursos existentes que deem resposta à crescente procura.

É, assim, fundamental apostar numa campanha de promoção territorial e de comunicação, devidamente alinhada entre todos os parceiros, salvaguardando os interesses superiores do PNSAC e MNPD OTN, para que seja disponibilizada informação segura, clara, ordenada e de qualidade, quer à comunidade que habita o território, quer ao turista que o visita. Importa também criar formas de monitorização da ocupação do território, permitindo detalhar a frequência de acesso aos espaços e as tendências que possam existir na sua visita, de modo a gerir/planear de forma eficaz e sustentável o setor do turismo no PNSAC, salvaguardando os valores naturais da região e até os interesses das próprias comunidades locais.

Eixo 3 – Valorização e proteção do património natural

Tendo em consideração os três Objetivos Estratégicos definidos no plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN, a valorização do território deve assentar na preservação do capital natural destas áreas protegidas. Para que isso seja possível, é necessário promover o estudo e a avaliação constante dos valores naturais presentes, e da sua evolução, não só pela academia, como também recorrendo a projetos que envolvam os cidadãos, baseada



na participação informada, consciente e voluntária, que gera e analisa dados, que partilha o seu conhecimento e discute e apresenta resultados, sendo parte do processo. O conhecimento gerado, permitirá definir linhas de atuação e ações específicas, dinâmicas e devidamente adequadas à preservação e salvaguarda deste património.

3. Caracterização da área protegida

A criação do PNSAC, através do Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de maio, foi sinónimo de reconhecimento de um valor superior desta área, conforme é referido no preâmbulo deste decreto, onde refere que as serras de Aire e dos Candeeiros devem ser protegidas pelo facto de, além do seu “...interesse paisagístico...”, “...conservarem muitos valores naturais e terem ainda um riquíssimo património arquitetónico e cultural ligado às populações que ali habitam.”, motivos que se repetem novamente no Art.º 3.º do referido Decreto-Lei, que identifica que os principais objetivos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiro, “...dentro dos limites da sua área...”, são “...a proteção dos aspetos naturais existentes, a defesa do património arquitetónico e cultural, o desenvolvimento das atividades artesanais e a renovação da economia local, bem como a promoção do repouso e do recreio ao ar livre.”.

3.1. Localização

O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), possui uma área de 38.392,91 ha e abrange o essencial do Maciço Calcário Estremenho, envolvendo territórios pertencentes aos concelhos de Alcanena, Alcobça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas, tendo, recentemente, sido alterados os seus limites, de acordo com Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2023, de 1 de setembro, que aprovou a atualização dos limites e o Programa Especial do PNSAC (figura 1).



Figura 1: Enquadramento Administrativo do PNSAC



Figura 2: Limite do Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas

3.2. Caracterização Genérica

O coberto vegetal é marcado por uma vegetação essencialmente do tipo mediterrânico, com especial incidência para diversas espécies do género *Quercus*, como o carvalho-cerquinho ou a azinheira, ou outras, como o medronheiro e a aroeira e, de entre as espécies autóctones, as várias dezenas de espécies de plantas aromáticas e medicinais.

A oliveira está muito presente na paisagem, fruto da intensa ocupação humana do território durante os últimos séculos. A fauna destes calcários inclui numerosas aves,

destacando-se a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), com hábitos de nidificação cavernícola (i.e. faz o ninho em grutas) e dezenas de espécies de morcegos.

A presença humana, desde o Paleolítico, está comprovada pelos diversos vestígios encontrados, alguns deles de referência a nível internacional, como são os vestígios arqueológicos recentemente encontrados na Gruta do Almonda.

A existência de indústria têxtil, curtumes, agricultura, criação intensiva de gado, indústria extrativa de pedra e argila e de bases logísticas do setor da distribuição, justificam, na atualidade, a presença de numerosa população.



Figura 3: Olival tradicional na depressão de Alvados

O Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém-Torres Novas (MNPD OTN), no extremo oriental da serra de Aire na povoação de Bairro, em pleno Parque Natural, contém um importante registo fóssil do período Jurássico, as pegadas de alguns dos maiores seres que alguma vez povoaram o planeta Terra: os dinossáurios saurópodes. Na laje calcária onde as pegadas se conservaram ao longo de 175 milhões de anos (Jurássico Médio), conhecida como jazida da Pedreira do Galinha, podem ser observados cerca de 20 trilhos ou pistas, uma delas com 147 m e outra com 142 m de comprimento. Os saurópodes eram animais possantes, herbívoros, quadrúpedes, de cabeça pequena e cauda e pescoço compridos.



Figura 4: Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios Ourém-Torres Novas

3.3. Classificação

O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros foi classificado com o Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de maio, sendo que as serras de Aire e Candeeiros são o mais importante repositório das formações calcárias existente em Portugal e esta é a razão primeira da sua classificação. Morfologia cársica, natureza do coberto vegetal, a rede de cursos de água subterrâneos, uma fauna específica, nomeadamente cavernícola, e intensa atividade no domínio da extração da pedra são outros tantos aspetos que o diploma classificatório tenta preservar e disciplinar.

O Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas foi criado com o Decreto-Regulamentar n.º 12/96, de 22 de outubro. Localizado no extremo oriental da serra de Aire na povoação de Bairro, em pleno Parque Natural, contém um importante registo fóssil do período Jurássico, as pegadas de alguns dos maiores seres que alguma vez povoaram o planeta Terra: os dinossáurios saurópodes. Na laje calcária onde as pegadas se conservaram ao longo de 175 milhões de anos (Jurássico Médio), conhecida como jazida da Pedreira do Galinha, podem ser observados cerca de 20 trilhos ou pistas, uma delas com 147 m e outra com 142 m de comprimento.

Como área protegida de âmbito nacional, encontra-se sob responsabilidade do ICNF, I. P..

O reconhecimento internacional desta área protegida é confirmado pela sua classificação, em 1999, da atual Zona Especial de Conservação “Serras d’Aire e Candeeiros”, e, já em 2006, como Zona Húmida de Importância Internacional, ao abrigo da Convenção de Ramsar).



Esta área protegida possui uma área de 38.392,91 ha. Abrange o essencial do Maciço Calcário Estremenho, abrangendo territórios pertencentes aos concelhos de Alcanena, Rio Maior, Alcobça, Ourém, Porto de Mós, Santarém e Torres Novas.

- Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de maio – Cria o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC).
- Portaria n.º 21/88, de 12 de janeiro – Aprova o Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o respetivo Plano de Ordenamento, que esteve em vigor entre janeiro de 1988 e agosto de 2010.
- Decreto-Regulamentar n.º 12/96, de 22 de outubro – Cria o Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto – Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho - Aprova a 2.ª fase da lista nacional de sítios a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril. Cria o Sítio de Interesse Comunitário (SIC) “Serras d’Aire e Candeeiros” no âmbito da Rede Natura 2000.
- Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro - Aprova o Regulamento do Desporto de Natureza na Área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- Sítio RAMSAR n.º 1616 – Classificação, em maio de 2006, como Zona Húmida de Importância Internacional (Convenção de RAMSAR): Polje de Mira Minde e nascentes relacionadas. Inclui o Polje de Mira Minde, a gruta da Nascente do Almonda, Olho d’Água de Maria Paula e o Complexo das Nascentes do Alviela.
- Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto – Divulga a lista dos sítios de importância comunitária (SIC) situados em território nacional pertencentes às regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica e macaronésica.
- Portaria n.º 160/2009, de 12 de fevereiro – Interdita o exercício da caça dentro dos limites do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e revoga a Portaria n.º 1155/2002, de 28 de agosto.
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 57/2010, de 12 de agosto – Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2023, de 1 de setembro – Aprova o Programa Especial do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros com a atualização dos seus limites.

3.4. Caracterização

Geologia e Geomorfologia

A área do PNSAC encontra-se incluída no Maciço Calcário Estremenho, sendo que os constituintes geológicos principais pertencem, quase totalmente, ao Jurássico com predominância dos calcários pertencentes ao *Dogger* (Jurássico Médio). Existem ainda formações Cretácicas e Miocénicas junto da extremidade sueste e sul do Parque Natural já pertencentes à série de planaltos Miocénicos da Bacia Terciária do Tejo, formações Plio-Plistocénicas indiferenciadas na parte sudoeste da Serra dos Candeeiros, formações modernas, detríticas e de “*terra rossa*”, nos vales e depressões fechadas, aluviões modernos ao longo de algumas linhas de água e afloramentos de rochas eruptivas, como sejam doleritos e rochas afins, basaltos e brechas vulcânicas.

Do ponto de vista morfológico podem-se diferenciar no Maciço Calcário Estremenho três subunidades que correspondem a compartimentos elevados – a serra dos Candeeiros, a oeste, o planalto de Sto. António, ao centro e a sul, e o planalto de S. Mamede e a serra de Aire, respetivamente a norte e este. A separar estas subunidades encontram-se três depressões originadas por grandes fraturas, respetivamente a depressão da Mendiga, o polje de Minde-Mira e a depressão de Alvados.

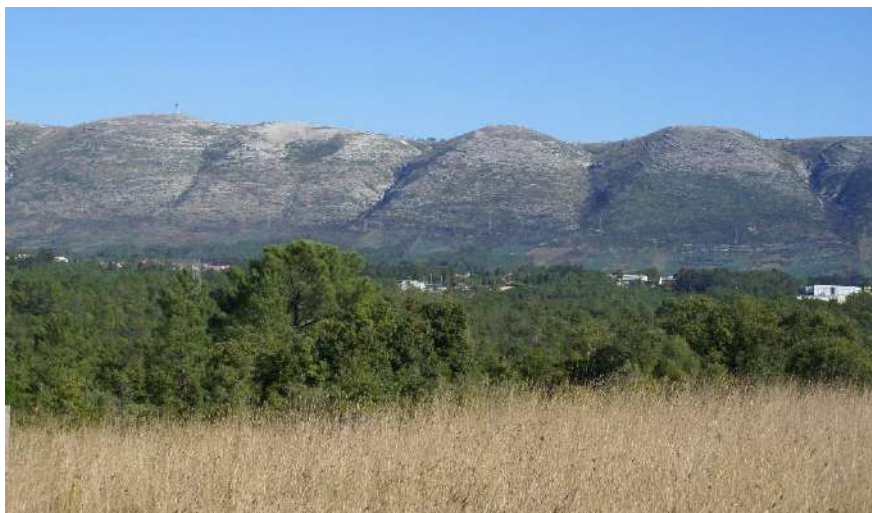


Figura 5: Vales Suspensos na vertente ocidental da Serra dos Candeeiros

Por todas estas razões, este é um local onde os mais significativos e típicos fenómenos cársticos se encontram representados no nosso país, de que são exemplo as dolinas, as uvalas, os poljes e campos de lapiás, no que concerne ao modelado de superfície, e a existência de inúmeras grutas (mais de 1500) que cruzam o interior do maciço.

O polje de Mira-Minde é drenado na periferia do maciço pelas nascentes dos rios Lena, Alviela e Almonda, só para citar as mais conhecidas. Quando a entrada de água no sistema é superior ao caudal permitido pelas nascentes, a água eleva-se dentro da rede e inunda esta área deprimida que é o polje, através de 2 ou 3 algares existentes na sua base, formando este mar temporário. Uns tempos depois, com a diminuição da precipitação, este “mar” esvazia pelos mesmos locais por onde inundou. Como é necessário que haja

uma certa concentração temporal de grandes quantidades de precipitação, este fenómeno não é regular e não tem periodicidade certa.



Figura 6: Polje de Mira-Minde

A depressão de Alvados é uma bacia de fundo plano, ampla, com um imenso tapete de oliveiras que timidamente ensaiam uma subida pela extensa e uniforme Costa dos Alvados, como é denominada a vertente de 300 m de desnível que atinge o planalto de Santo António. Esta é uma das mais belas paisagens deste maciço. Trata-se de uma zona de sequeiro onde predomina o olival, mas que apresenta importantes núcleos de carvalhal.



Figura 7: Vista geral da Serra de Aire (©MunicípioTorresNovas)

A Serra de Aire, em termos fisiográficos eleva-se das regiões limítrofes num imenso bloco quase monolítico. É recortada apenas pelo Vale Garcia, que fende profundamente tanto no bordo oeste como este, alongando-se no sentido nordeste. A sudoeste, a transição para as terras mais baixas é brusca, dado que é limitada pelo Arrife, contrastando com a transição suave para o Planalto de S. Mamede.



Em termos de elementos singulares relevantes, destacam-se os bosques de castanheiros do Vale Alto, o Monumento Natural da Jazida de Icnofósseis e o Arrife.

Serra de Aire pode ser subdividida em 3 subunidades:

- Vale Alto: Estende-se por todo o bordo oeste, estabelecendo uma transição suave com o Planalto de São Mamede, já fora dos limites do PNSAC. A diversidade da cobertura vegetal e o equilíbrio de certos usos, confere, em alguns trechos, uma harmonia muito agradável sendo de salientar a mancha de castinçais;

- Aire e Gouxia Larga: Estende-se praticamente desde os 350 metros até ao topo da serra. As zonas florestais, dominadas por eucalipto e pinhal bravo, vão rareando nas encostas a poente, à medida que se progride em altura, sendo substituídas por matos altos onde dominam os medronhais e alguns núcleos de azinheiras mais ou menos arbustivas. No bordo nascente, existem alguns pinhais, mas principalmente vastas áreas de matos altos, com notável diversidade florística. Os covões, existentes no cume, notáveis vestígios de uma anterior utilização pastoril, cobertos de plantas herbáceas, provocam uma agradável sensação de frescura em oposição aos matos esclerófitos;

- Chãs: Distribui-se por todo o bordo nascente até à linha do Arrife numa zona bastante plana que permite uma agricultura relativamente desenvolvida, entre grandes manchas de olival bem cuidado, pontuada por manchas de pinhal. O Arrife (escarpa de falha), constitui um relevo abrupto, de vertentes escarpadas, que realçam o efeito de degrau topográfico regional, ao separarem as serras e planaltos do Maciço Calcário Estremenho, que se erguem 400 m acima (679 m na Serra de Aire) da plataforma da Bacia Terciária do Tejo, que se posiciona a 100 m de altitude.

No PNSAC existem um conjunto de geossítios de importância local, regional, nacional e internacional. Nestes geossítios destaca-se o “Algar do Pena”, descoberto em 1985 pelo sr. Joaquim Pena enquanto se dedicava à extração de pedra para produção de calçada, que é uma cavidade que alberga uma sala de gigantescas dimensões, a maior atualmente conhecida no nosso país (125.000 m³ de volume). Do cimo de perto de 40 m de desnível abre-se ao olhar de quem a visita uma magnífica paisagem subterrânea, cujo aspeto estético assume uma dimensão pouco vulgar, através de uma enorme profusão de espeleotemas. Acessível ao público (dispõe de um edifício de apoio técnico, elevador, auditório ao ar livre e de um espeleódromo), representa uma experiência única de descida às profundidades, aliando a importância científica a aspetos didáticos e turísticos de elevado interesse.

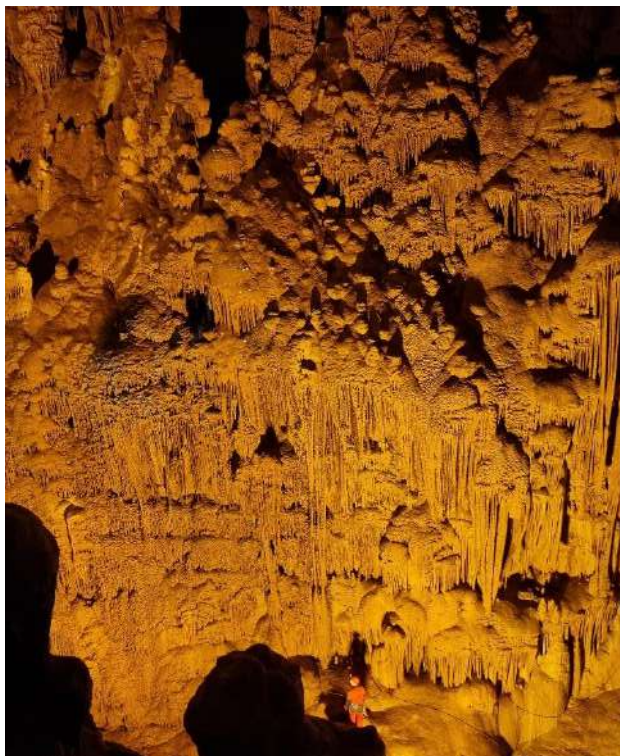


Figura 8: Algar do Pena

Hidrologia

Apesar da ausência de cursos de água de superfície organizados nesta região, eles existem em abundância no subsolo, constituindo um dos maiores – se não o maior – reservatório de água doce subterrânea do nosso país e que se estende entre Rio Maior e Leiria.

Das várias nascentes cársicas existentes na região, a mais conhecida e importante, no que toca a caudais emitidos, é a dos Olhos de Água do Alviela. A nascente do rio Alviela situa-se na transição entre o Maciço Calcário Estremenho, zona onde predomina a rocha calcária, e a Bacia Terciária do Baixo Tejo, paisagem constituída principalmente por arenitos. A sua bacia de alimentação estende-se ao longo de cerca de 180 km², onde a água percorre verdadeiros labirintos subterrâneos até chegar à nascente.

O rio Alviela é alimentado, durante todo o ano, por uma nascente permanente, mas, em períodos de maior precipitação, a água é também expelida através de nascentes temporárias, nomeadamente por uma saída temporária de extravasamento situada junto à nascente principal (Olhos de Água) e por uma outra situada junto ao Poço Escuro.



Figura 9: Nascente do Rio Alviela

A nascente dos Olhos de Água do Alviela é uma das mais importantes do nosso país, chegando a debitar 17 mil litros por segundo, ou seja, 1,5 milhões de m³ de água por dia (pico de cheia). Desde 1880 até bem próximo da atualidade, a nascente do Alviela foi uma das principais fontes de abastecimento de água à cidade de Lisboa (através da EPAL) e ainda hoje “abre portas” a um dos maiores reservatórios de água doce do país.

No caso do Rio Almonda, é a depressão de Vale da Serra, um polje incipiente, que funciona como uma bacia de receção de uma drenagem endorreica e centrípeta das águas provenientes da Serra de Aire após fortes chuvadas, que alimentam a nascente, que brota na escarpa dos Arrifes.



Figura 10: Nascente do Rio Almonda (©MunicípioTorresNovas)

Apesar de ter um caudal substancialmente menor que o do rio Alviela, cerca de 700 mil m³ de água por dia (pico de cheia), representa a mais extensa rede cársica atualmente conhecida em Portugal, com cerca de 12 km de galerias já conhecidas.

As lagoas do Arrimal, localizadas na freguesia do Arrimal, concelho de Porto de Mós, são dois admiráveis espelhos líquidos, rodeados de pequenos poços em pedra calcária. A lagoa grande aproveita a água da escorrência do Vale de Espinho, enquanto a Lagoa Pequena, situada junto ao rossio da povoação do Arrimal, num recanto do fértil polje da Mendiga, recolhe as águas da sua própria bacia. Estas lagoas são um exemplo da formação de pequenas depressões superficiais, verdadeiros “oásis” no mar de secura que as envolve. São enriquecidas pela presença próxima do carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), uma espécie vegetal rara na região.

Clima

O clima da área do PNSAC caracteriza-se por constituir uma peculiar transição entre as condições mediterrâneas e atlânticas, sendo por isso húmido, de temperaturas médias e com grande deficiência de água no verão.

A análise do clima foi realizada com recurso aos dados das estações de Alcobaça e Rio Maior, com as seguintes coordenadas de localização:

Alcobaça: Latitude – 39º 32’ N, Longitude – 8º 58’ W, Altitude – 75 m;

Rio Maior: Latitude – 39º 21’ N, Longitude – 8º 56’ W, Altitude – 69 m.

Os dados climáticos considerados referem-se aos períodos entre 1951-1975 (Alcobaça) e 1951-1980 (Rio Maior). Apesar de existirem dados mais recentes, os mesmos reportam-se a valores médios anuais, pelo que se optou por considerar dados mais antigos, mas relativos a séries mais extensas, que permitem uma caracterização climática mais fiável.

Caracterização Geral do Clima

A variação regional do clima de Portugal apresenta um forte gradiente leste-oeste, resultante da frequência decrescente da penetração das massas de ar atlântico para o interior. Este fenómeno é perceptível na comparação dos climas de Alcobaça e de Rio Maior.

A estação de Alcobaça encontra-se mais próxima do litoral, sendo o seu clima marcado por uma maior influência oceânica, com reflexos na menor amplitude térmica anual, com verões mais frescos e invernos menos frios do que os verificados em Rio Maior.



A temperatura média anual atinge os 14,7°C em Alcobaça e 15,0°C em Rio Maior.

Existem mais dias com temperaturas negativas em Rio Maior (15,6 dias por ano) do que em Alcobaça (13,7 dias). A ocorrência de temperaturas máximas superiores a 25°C é também mais frequente em Rio Maior (90 dias por ano) do que em Alcobaça (61 dias por ano). Em Alcobaça, a proximidade do litoral, a oeste, reflete-se também no regime de ventos, dominado pela nortada que ocorre entre os meses de maio e setembro, e na frequência elevada de nevoeiros, com maior incidência durante os meses de verão.

A precipitação apresenta grandes oscilações interanuais, característica comum a todos os tipos de clima.

A precipitação média anual é ligeiramente superior em Alcobaça, com 945 mm, e 856 mm em Rio Maior.

As chuvas estão fortemente concentradas no semestre húmido de outubro a março.

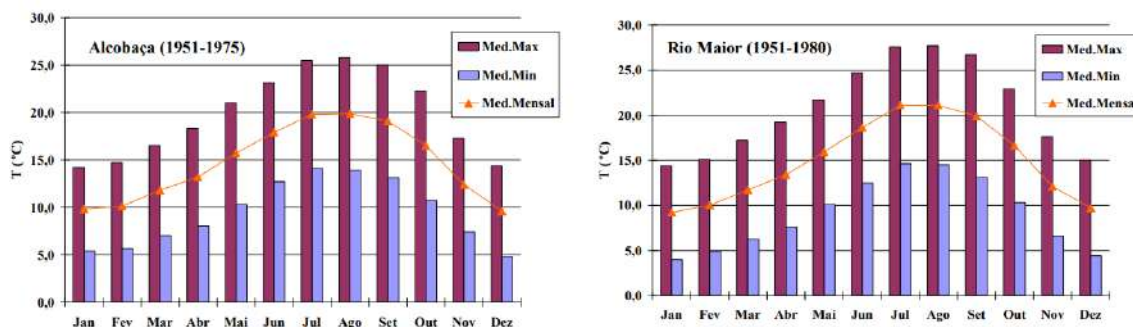
O clima pode ser considerado temperado oceânico ou moderado, húmido e moderadamente chuvoso (classificação simples). Pela classificação de Köppen, o clima é mesotérmico húmido com estação seca no verão, sendo este pouco quente, mas extenso (Csb).

No esboço provisório das regiões climáticas de Portugal, Alcobaça e Rio Maior localizam-se na “Fachada Atlântica”, região de clima marítimo com vasta distribuição latitudinal, desde o Minho até Aljezur, paralela ao litoral.

Temperatura

A temperatura é um dos elementos do clima com menor variação interanual. As estações de Alcobaça e de Rio Maior apresentam uma temperatura média anual de, respetivamente, 14,7°C e 15,0°C. A amplitude térmica anual é superior em Rio Maior, com 11,9°C, em face da média de 10,3°C registada em Alcobaça.

O facto da estação de Alcobaça se encontrar mais próxima do litoral leva a que esteja mais exposta à influência moderadora do oceano. Assim, Alcobaça apresenta verões menos quentes e invernos menos frios comparativamente com a estação de Rio Maior, sendo menos frequentes valores extremos de temperatura: menos dias com temperatura máxima superior a 25°C e menos dias com temperatura mínima inferior a 0,0°C. Conforme podemos verificar nos Gráficos 1 e 2, a temperatura média do mês mais quente (agosto) é 1,2°C superior em Rio Maior, sendo que a temperatura média do mês mais frio (dezembro em Alcobaça, janeiro em Rio Maior) é 0,4 °C inferior em Rio Maior.



Gráficos 1 e 2: Distribuição das temperaturas média mensal, máximas médias e mínimas médias

3.5. Situação demográfica

A densidade populacional no PNSAC é variável, o que se confirma pela existência de freguesias com menos de 25 hab./km² e outras com valores próximos aos 500 hab./km².

Esta discrepância é notória, principalmente, entre as freguesias situadas na periferia do Maciço Calcário Estremenho, nas zonas mais planas, dotadas de melhores acessos e maior disponibilidade de solo arável, água, entre outros recursos, que possuem maior densidade populacional, e as freguesias das zonas de maior relevo e altitude, com acessos mais rudimentares, onde os solos são pouco profundos e onde a água é escassa ou praticamente inexistente.

A existência ou não de água, a pedra e o relevo, são, desde os primórdios, os principais fatores que, para além de caracterizarem todo o território, também condicionaram o tipo de ocupação humana no Maciço Calcário Estremenho.

Ao longo das últimas décadas, a população do PNSAC tem evoluído de forma descontínua, dependendo tal variação da sua localização, nomeadamente:

- Os aglomerados da periferia que aumentaram exponencialmente em área e população, denotando-se o inverso nos aglomerados situados no interior do Maciço;
- Os aglomerados de dimensão média, situados em toda a área sudoeste, nos concelhos de Alcanena, Rio Maior e Santarém, onde a dimensão da propriedade e a qualidade do solo permitiram que o povoamento destas depressões se desse com maior intensidade desde a Idade Média, mas também devido à proximidade da estrada nacional (EN1/IC2), que liga Lisboa ao Porto, desde a segunda metade do século XIX, cujo traçado acompanha os limites do PNSAC, a este e sudoeste, entre Rio Maior, Alcobaça e Porto de Mós.
- Os aglomerados de menor dimensão, situados em pleno Planalto de Santo António, que, apesar de reunir excelentes condições para a pecuária extensiva e



para a exploração do olival, tem solos muito pobres, pedregosos e de difícil manutenção.

Verificou-se, assim, uma subida da população residente e ativa nos aglomerados da periferia, nas décadas de 80/90, em função da alteração dos setores de produção, considerando o crescimento da indústria e dos serviços de logística e transportes, que acabaram por dominar sobre o setor primário, que, nas décadas anteriores, ocupava a maior parte da população residente na zona serrana.

Da década de 90 à atualidade, verificou-se um ligeiro abrandamento do decréscimo da população nas freguesias de transição, graças a algum dinamismo económico, resultante da extração e indústria transformadora de massas minerais, acompanhado pela melhoria das acessibilidades e das infraestruturas básicas, o que permitiu a fixação de população que mantém a residência nesta área protegida, embora desenvolva a sua atividade profissional fora do PNSAC. No entanto, estas dinâmicas populacionais facilmente se alteram, como se verificou na recente crise entre 2010-2014, em que um elevado número de jovens foi forçado a abandonar o território e até o país, à procura de novas oportunidades e de maior estabilidade financeira, situação que se inverteu, novamente, no período pós-pandemia. Apesar destas dinâmicas, conforme se pode verificar na Tabela I, relativa aos censos de 2021, em termos globais, mantém-se a tendência de decréscimo populacional nos 7 municípios do PNSAC.

Tabela II – Evolução da População Residente por Município do PNSAC

Município	População residente 2021	Variação face ao ano 2011	N.º Freguesias	N.º Freguesias no PNSAC
Alcanena	12472	-1396	7	6
Alcobaça	54965	-1728	4	4
Ourém	44538	-1394	18	2
Porto de Mós	23202	-1140	13	11
Rio Maior	21004	-188	14	2
Santarém	50662	-3538	27	3
Torres Novas	34111	-2606	17	2

Tabela III – Evolução da População Ativa nos municípios do PNSAC, por Faixa Etária

Município	População Ativa 25 a 44 anos – 2021	Variação face ao ano 2011	População Ativa 55 e + anos – 2021	Variação face ao ano 2011
Alcanena	40,8%	-9,4pp	24,7%	+9,1pp
Alcobaça	43,1%	-9,6pp	22,1%	+8,1pp
Ourém	43,5%	-7,8pp	22,9%	+8,3pp
Porto de Mós	42,4%	-11,2pp	22,3%	+8,1pp
Rio Maior	45,2%	-7,7pp	20,2%	+5,7pp
Santarém	42,9%	-9,7pp	23,0%	+7,8pp
Torres Novas	42,5%	-9,3pp	24,0%	+9,3pp

Esta redução veio contrariar as tendências de decréscimo da população no território do PNSAC, verificadas, principalmente, entre as décadas de 40 a 70, fortemente marcadas pela emigração para o estrangeiro, ou pela migração interna para as zonas mais industrializadas do país, onde poderia haver acesso a melhores condições de vida. De referir a importância do retorno económico, para a região serrana e até para o país, proveniente de um elevado número de emigrantes, que realizaram grandes investimentos no território ao longo das últimas décadas, através da construção de habitação para 2.ª residência ou por terem regressado a Portugal, estabelecendo-se aqui com alguma atividade económica.

3.6. Património

3.6.1. Património natural

O património natural do PNSAC constitui uma das maiores riquezas do território. O Sítio Serras de Aire e Candeeiros, “... reúne um conjunto de habitats e possui um elevado valor para a conservação da flora, já que as características peculiares da morfologia cársica conduziram ao desenvolvimento de uma vegetação esclerófito e xerofítica, rica em elementos calcícolas raros e endémicos.

Merecem destaque as lajes calcárias, disposta em plataforma praticamente horizontal percorrida por um reticulado de fendas, os prados com comunidades de plantas suculentas, os arrelvados vivazes, frequentemente ricos em orquídeas, os afloramentos rochosos colonizados por comunidades casmofíticas e os matagais altos e matos baixos calcícolas, caso dos carrascais.

Também de realçar são as grutas e algares, que proporcionam peculiares condições de micro-habitat possibilitando o refúgio de um interessante elenco florístico.

De referir a ocorrência de cascalheiras calcárias, nas quais a vegetação devido à instabilidade do substrato e à ausência de solo à superfície dificilmente se instala.

Importantes são ainda os carvalhais de carvalho-cerquinho (*quercus fagínea* subsp. *Broteroi*), de *Arbutos unedo* e ocasional de *Viburnum tinus*, os prados de *Molinia caerulea* e juncais não nitrófilos e os charcos mediterrânicos temporários.

O elenco florístico do Sítio é absolutamente notável dada a presença de inúmeras espécies raras e/ou ameaçadas, muitas delas endemismos lusitanos, como a *Arabis sadina*, *Narcissus calcícola*, *Iberis procumbens* ssp. *Microcarpa* e *Silene longicilia*.

Inclui várias grutas importantes para morcegos, entre os quais se destaca a que abriga a única colónia de criação de morcego-lanudo (*Myotis emarginatus*) conhecida no país.



De referir ainda outras grutas com colónias de hibernação e criação de morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersi*), morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) e morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*).

É um Sítio relevante para a conservação da Boga-portuguesa *Chondrostoma lusitanicum*, endemismo lusitano criticamente em perigo.

Relativamente à flora, “... das formações vegetais atualmente existentes no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros são de salientar, pela sua importância, os carvalhais de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) – espécie que só se encontra na Península Ibérica e no norte de África e cujo centro de distribuição é em Portugal - onde os melhores bosques desta espécie se encontram entre o Mondego e o Tejo, uma zona de carvalho-negral ou pardo-da-Beira (*Quercus pyrenaica*) e zonas muito limitadas de azinheira (*Quercus rotundifolia*), de sobreiro (*Quercus suber*), de ulmeiros (*Ulmus* spp.) e de castanheiros (*Castanea sativa*).

Fundamentalmente pela ação humana a floresta foi sendo destruída dando origem ao aparecimento de matos de grande interesse florístico predominando, em termos de vegetação espontânea, áreas arbustivas de carrasco (*Quercus coccifera*) e subarbustivas de alecrim (*Rosmarinus officinalis*).

Árvores, arbustos e ervas, que crescem espontaneamente no Parque, são, em si mesmo, um alvo de conservação. Até hoje conhecem-se cerca de 600 espécies vegetais o que significa que, numa área de cerca de 39 mil ha, é possível observar cerca de um quinto das espécies de plantas que ocorrem no país. Algumas só existem em Portugal, outras na Península Ibérica ou então na Península e norte de África e, outras ainda, possuem uma área de distribuição ou um estatuto de raridade, que lhes conferem uma situação especial em termos de conservação da natureza.

Para além da importância que a função das plantas desempenham nos ecossistemas e do seu potencial valor económico e científico, muitas plantas do Parque Natural têm qualidades medicinais, aromáticas, condimentares, ornamentais, forrageiras (i.e. para alimentação do gado) ou florestais.

A oliveira, a recordar o esforço dos cistercienses, domina a vegetação não espontânea.”

No que diz respeito à fauna, “...A sobreposição e existência de um grande número de biótopos conferem à área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros uma riqueza faunística (i.e. de animais) assente, essencialmente, na existência de uma diversidade assinalável de espécies, nomeadamente no que se refere aos vertebrados. Assim, encontra-se já inventariado um total de 204 espécies, das quais 136 são aves, 38 mamíferos, 17 répteis e 13 anfíbios.



Podem-se referir, por exemplo, o gato-bravo (*Felis silvestris*), a gineta (*Genetta genetta*), a raposa (*Vulpes vulpes*), a doninha (*Mustela nivalis*), o texugo (*Meles meles*), a cobra-de-pernas-tridáctila (*Chalcides striatus*), a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), as cobras-de-água, várias espécies de salamandras e tritões (*Triturus spp.*).

As aves são o grupo com maior número de representantes neste Parque, sendo conhecidas mais de 100 espécies que aqui nidificam. Algumas são mesmo importantes no contexto nacional, como o bufo-real (*Bubo bubo*) ou a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*).

O meio subterrâneo tem, neste Parque Natural, grande significado. Nas suas numerosas grutas abrigam-se uma infinidade de seres vivos, de que se destacam cerca de dez espécies de morcegos cavernícolas, daí que um morcego estilizado figure no logótipo do Parque.”

3.6.2. Património cultural

O PNSAC reúne um conjunto de sítios e vestígios arqueológicos que testemunham a presença humana desde os tempos mais remotos da humanização da Península Ibérica, mais precisamente, desde o Paleolítico Inferior até à atualidade. Ao longo do tempo, o homem nunca mais abandonou o Maciço Calcário Estremenho, ocupando-o de diferentes formas, de acordo com as necessidades e as características de cada época/civilização.

O património arqueológico do PNSAC está disperso por toda a área protegida e encontra-se devidamente documentado e inventariado na base de dados do Endovélico, havendo, certamente, ainda muito a explorar por todo o Maciço Calcário Estremenho. Os sítios arqueológicos encontram-se em regiões mais ou menos humanizadas e encontram-se maioritariamente associados a abrigos naturais, grutas ou lapas, com especial relevância para as que se encontram nas margens do maciço, com nascentes ou cursos de água associadas.

A atividade arqueológica no território do PNSAC e área envolvente (Maciço Calcário Estremenho) remonta ao final do século XIX, com as prospeções e escavações de Vieira da Natividade, e depois na década de 1960 sob orientação de Manuel Heleno. Nas últimas 2 décadas, a Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia (Torres Novas), sob coordenação do Professor João Zilhão, desenvolveu um projeto alargado de investigação sistemática sobre o povoamento do PNSAC e sua periferia, com foco especial na Pré-História.

A título de exemplo, de referir a gruta da nascente do Almonda, que se desenvolve ao longo de mais de 12 km e constitui um verdadeiro santuário da espeleologia nacional,



contendo várias jazidas arqueológicas, que vão desde o Paleolítico Inferior até à época Romana. De mencionar o crânio humano encontrado na Gruta da Aroeira, em 2014, com cerca de 400 mil anos, sendo o mais antigo fóssil humano encontrado em Portugal. A gruta foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 30 de novembro de 1993.

A tutela e gestão do património arqueológico são da responsabilidade da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), sendo que o PNSAC está dividido entre uma área sob a tutela direta da DGPC (Lisboa e Vale do Tejo) e outra área da Direção Regional de Cultura do Centro-DRCC (Região Centro), por subdelegação de competências da DGPC.

Apenas o concelho de Porto de Mós está na esfera de atuação da DRCC, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, sendo que os restantes 6 concelhos (Alcanena, Alcobaça, Ourém, Rio Maior, Santarém e Torres Novas) encontram-se sob a tutela da Direção-Geral do Património Cultural, criada com o Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio.

Os Municípios têm igualmente uma função de proteção e preservação, esplanada através da Carta de Património dos Planos Diretores Municipais, na qual se prevê o registo cartográfico e documental dos sítios de interesse arqueológico (classificados, em vias de classificação, identificados e inventariados).

Neste enquadramento, o PNSAC apresenta um conjunto de bens culturais classificados muito diversificado no âmbito cronológico e nas tipologias de bem cultural, integrados em diferentes categorias de classificação previstas – Monumento Nacional (Anexo I), Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal.

3.6.3. Património Etnográfico e Património Etnológico

Património Etnográfico

O Maciço Calcário Estremenho possui um património etnográfico, material e imaterial, com características muito próprias e distintas, de acordo com a vivência e convivência entre as comunidades e a paisagem cársica típica desta região. Não foi só o homem que trabalhou a pedra. As serras também moldaram e definiram algumas das principais características das comunidades que nelas procuraram refúgio e alimento.

Considerando os diferentes recursos e paisagens, também os aspetos socioeconómicos e socioculturais deste território se refletem de maneira diferente nas comunidades, conferindo diferentes características entre as aldeias situadas na beira-serra e nas depressões, comparativamente às aldeias de altitude.

As povoações situadas na beira serra e nas depressões dispõem de terrenos férteis e de água à superfície, que permitem uma elevada diversidade de culturas, garantindo o

sustento das pessoas e de um maior número de animais, maioritariamente, pequenos e grandes ruminantes. Regra geral, as habitações típicas destas aldeias tinham 2 pisos, com alpendre e anexos para apoio à vida rural. O azeite era uma fonte de rendimento importante, existindo ainda alguns lagares abandonados com sistemas tradicionais que testemunham essa importância.



Figura 11: Complexo habitacional tradicional serrano

No alto da serra, o clima e a rudeza da paisagem revê-se claramente nos terrenos mais pobres, que exigiram a “despedrega” e o arroteio, melhorando claramente a sua aptidão agrícola. A maioria das casas são de piso térreo, com anexos pequenos, compostos pela alpendorada, onde se guardava o carro de bois ou a carroça, a eira, a cova do bagaço e a “cortelha” do porco. Nos terrenos mais “magros”, que, por norma, se situavam nas zonas de encosta, plantaram olivais, dispondo a pouca terra disponível em socalcos, em forma de meia lua, rodeados de pequenos muretes, designados por “caneiros”.



Figura 12: “Terra de Milho” delimitada por muros em pedra solta.

Nas zonas baixas, onde os solos eram mais profundos e de maior valor agrícola, criaram as designadas “terras de milho”, delimitadas por grandes paredes em pedra solta, rigorosamente aparelhada, sem qualquer tipo de argamassa. Este rendilhado de parcelas

rodeadas de pedra que tanto marcam a paisagem do PNSAC são denominados de chousos ou serrados.



Figura 13: Antiga habitação com cisterna alimentada por caleira.

A água, escassa, sempre foi um dos principais problemas que limitaram a fixação das populações nas zonas serranas. Devido à natureza calcária do Maciço, era inútil abrir poços. As cisternas são uma constante no alto da serra para armazenar as águas das chuvas. Muitas foram resultantes do aproveitamento de pequenos algares e depressões das rochas, naturalmente impermeabilizadas, que eram cobertas por lajes ou abóbadas edificadas e assim aproveitadas para acondicionar água. Junto às casas as cisternas recolhiam a água dos telhados através do sistema de beirados e escoamento. As cisternas constituem um elemento de importância vital nas aldeias e um exemplo marcante da arquitetura rural do PNSAC. Ainda se podem ver cisternas tradicionais em quase todo o território do PNSAC, variando a sua arquitetura e dimensão, conforme os recursos do proprietário. Existem ainda algumas destas estruturas comunitárias, que testemunham a natureza solidária destas comunidades.

As eiras e os moinhos são estruturas edificadas tradicionais e ligadas à agricultura, muito abundantes na região.

As eiras serviam para a debulha e secagem de cereais e legumes, mas também como espaço de convívio ao longo do tempo de trabalho ou como espaço de lazer ao final do dia. Podem observar-se, ainda, eiras com a forma circular, quadrada, mas também retangulares, delimitadas por pequenos muros, apenas com uma abertura para permitir a entrada e saída, lajeadas em pedra aparelhada ou em pedra tosca.



Figura 14: Eira

Os moinhos mais comuns no PNSAC são os Moinhos de Vento, aproveitando a energia do vento forte e constante que se faz sentir nas zonas de maior altitude, existindo ainda algumas ruínas de moinhos na base dos vales elevados, como é o caso de Alvados, onde a geomorfologia do terreno criava condições para que pudessem ter vento suficiente para trabalhar. Nas imediações do Maciço Calcário Estremenho, junto às linhas de água, no sopé das serras, encontravam-se alguns moinhos de água, cujos engenhos (rodízio e azenha) eram movidos pela energia das águas, que era canalizada de forma a manter o máximo de rendimento durante todo o ano. À semelhança do que acontece com os Moinhos de Vento de Alvados, também no Polje de Mira-Minde se encontram as ruínas de um Lagar e/ou moinho, junto à Gruta da Pena do Poio, cuja nascente, sazonal, permitia que o mesmo laborasse nos invernos mais chuvosos.

Ambas as tipologias de moinhos são idênticas na sua função, assim como no mecanismo interior, servindo essencialmente para moagem dos cereais. Um sistema de moagem idêntico era também utilizado para esmagar a azeitona e fazer o azeite, nos lagares. A ausência de cursos de água à superfície, levou a que, nas zonas altas da serra, a força motriz mais comum utilizada nos lagares fosse o animal, bovino ou asinino.

As tradicionais “Covas do Bagaço” são um bom exemplo do aproveitamento das características geológicas do Maciço Calcário. Trata-se de um pequeno reservatório circular escavado no solo com um muro à volta, coberto por lajes, onde era guardado o bagaço da azeitona (restos da produção tradicional de azeite), para depois ser usado na alimentação de animais domésticos, como acendalha ou para adubar as terras.

Património Cultural Imaterial

Apesar do domínio da religião católica, persistiram sempre costumes e práticas de natureza pagã nesse território, que conservam heranças e memórias de ritos e mitos de muitas gerações. A religião está presente na arquitetura rural. Não só nas Igrejas, mas



também pelos campos, em currais e outras estruturas de apoio agrícola, erguem-se cruzeiros relacionados com as comemorações das Maías, um ritual de tradição nacional, no início de maio, que na sua essência comemora o vigor da primavera através das flores coloridas que são colocadas em locais públicos, à vista de todos. Trata-se de uma celebração de origem pagã, que a prática católica tentou apagar e até enquadrar no calendário cristão, mas sem grande sucesso. Tal como as Maías, o calendário marca outros rituais e festividades ainda existentes em algumas aldeias, como são exemplo as Janeiras, um pouco por todas as aldeias das serras, mas também as Cantigas das Almas, que persiste em Alvados.

Também é comum a existência de cruzeiros esculpidas ou escavadas nas rochas junto às cisternas, aqui expostas com o intuito de garantir a proteção divina, tal era a importância deste recurso.

Os hábitos e costumes das épocas mais recentes podem ainda ver-se através das danças, canções, usos e costumes tradicionais, que estão documentados no trabalho de alguns grupos folclóricos associativos: Moleiros, Alecrim da Serra, Pedreiras, Cabeça Veada, Arrimal, Chãos e Covão do Coelho.

Ainda no que diz respeito ao património cultural imaterial, há ainda a referir que, para além da existência de um vocabulário muito próprio na zona do Planalto de Santo António, devidamente estudado e publicado por Francisco dos Santos Serra Frazão, em 1939, na Revista Lusitana, verifica-se a existência do Minderico, que é a variante linguística falada em Minde desde o século XVIII. Inicialmente, esta variante funcionava como código conhecido apenas pelos fabricantes e comerciantes, que se deslocavam por todo o país para venderem as suas mantas, tendo a necessidade de comunicar entre si sem que os restantes elementos se apercebessem do conteúdo das suas conversas. Na Vila de Minde ainda hoje se fala o Minderico, sendo um importante recurso a explorar e a manter.

4. Diagnóstico prospetivo da área protegida

Para caracterizar o PNSAC e MNPD OTN e identificar potenciais áreas de intervenção fez-se um diagnóstico prospetivo recorrendo a uma análise SWOT (Strengths/Forças, Weaknesses/Fraquezas, Opportunities/Oportunidades e Threats/Ameaças). Esta análise foi uma ferramenta útil na definição da estratégia adotada, contribuindo para uma definição mais concreta e eficaz dos objetivos a alcançar. Foi desenvolvida recorrendo ao conhecimento existente da realidade destas áreas protegidas ou parte das entidades da Comissão de Cogestão, mas também fruto das reuniões decorridas com os atores locais.



Tabela IV: Análise SWOT ao PNSAC e MNPD OTN

FORÇAS
. PNSAC, que integra o MNPD OTN, ou seja, 2 áreas protegidas de âmbito nacional . Rede Natura 2000 . Locais de interesse geológico (Geossítios, Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios, Vale de Meios, Algar do Pena, etc.) . Sítio RAMSAR . Habitats e espécies prioritários para a conservação da natureza . Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, em áreas como a conservação da natureza, sustentabilidade de territórios rurais, património, etc. . Facilidade de combinação do valor natural, da vivência quotidiana e da qualidade de vida de quem entra e de quem recebe . Riqueza e diversidade dos elementos estruturais da paisagem rural com interesse para a biodiversidade . Centralidade do Parque Natural no país e proximidade a outros locais de elevado potencial turístico: Alcobaca, Batalha, Fátima, Leiria, Nazaré, Santarém e Tomar . Redes de rotas e percursos pedestres . Excelente capacidade hotelaria no PNSAC e áreas limítrofes, nos concelhos que integram esta área protegida
PONTOS FRACOS
. Parque Natural muito humanizado . Estruturas de visitação ou de interpretação do PNSAC, dispersas, sendo algumas inadequadas ou sem funcionamento . Insuficiente conhecimento sobre o estado, distribuição e conservação dos valores naturais . Falta de articulação entre as diversas entidades que interagem no território (públicos e privados) . Constrangimentos relativos à gestão do PNSAC por parte do ICNF, I.P., devido à sua forma de organização e falta de recursos . Elevada burocracia para a realização de atividades/eventos na área do PNSAC . Grande densidade de explorações de inertes na área do PNSAC . Falta de identidade visual e territorial . Falta de sentido de pertença da população residente em relação ao PNSAC . Falta de suportes de informação científica, turística, etc. . Falta de estratégia de comunicação e divulgação do PNSAC e MNPD OTN . Inexistência de rede de transportes públicos em toda a região do PNSAC
OPORTUNIDADES
. A paisagem e a natureza em geral . Aumento generalizado da procura por Turismo de Natureza, elementos culturais e tradicionais . Valorização dos valores naturais como meio de atração de turismo sustentável (observação de aves, morcegos, rota das orquídeas, PAM...) . Valorização dos produtos locais com certificação de qualidade . Aposta na conservação dos recursos naturais, incluído os da geodiversidade . Gestão participativa das áreas protegidas - Comissão de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN . Oportunidade de investimento privado ligado à natureza e áreas subsidiárias (negócios de operação e animação turística, restauração, alojamento, ...) . Aumento da procura por saturação dos grandes centros urbanos . Estruturação de visitação sustentável
AMEAÇAS
. Progressiva deterioração e abandono do sistema agro-silvo-pastoril tradicional . Falta de disponibilidade de emprego



- . Área muito afetada com fogos florestais
- . Atividades antrópicas com diversas perturbações florísticas e faunísticas
- . Carência de estruturas e equipamentos de apoio a turistas
- . Perda generalizada dos diversos tipos de património
- . Perda de identidade serrana
- . Visitação do PNSAC com duração inferior a 4 horas
- . Ausência de diagnóstico e práticas de sustentabilidade da atividade turística
- . Capacidade de carga do sistema natural
- . Surgimento de projetos bem estruturados e com forte impacto na região no âmbito do turismo de natureza

4.1. Aspetos considerados críticos para o território

Na génese do PNSAC esteve a necessidade de proteger os aspetos naturais existentes, a defesa do património arquitetónico e cultural, o desenvolvimento das atividades artesanais e a renovação da economia local, bem como a promoção do repouso e do recreio ao ar livre, conforme consta do Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de maio.

Desde a criação do PNSAC, a implementação das respetivas medidas de gestão revelou-se uma tarefa difícil e que gerou conflitos entre as comunidades locais e as entidades responsáveis. A falta de identificação da comunidade local com os sucessivos instrumentos de gestão territorial, que se revelaram conflituosos e, por vezes, incompreendidos pelos habitantes desta área protegida.

Denota-se que a população tem pouco sentido de pertença no que ao Parque Natural diz respeito, sentimento motivado, também, pelas alterações ao nível dos serviços do ICNF, I.P., com a consequente falta de técnicos e da falta da figura do Diretor da área protegida, que, no fundo, era o rosto dos serviços junto da população.

A degradação de algumas estruturas do ICNF na área do PNSAC e a insuficiente sinalética, associada aos escassos serviços ao dispor das populações mais afastadas do edifício sede, em Rio Maior, são lacunas que devem ser colmatadas urgentemente.

Para além do envelhecimento da população residente no território do PNSAC, o abandono territorial, causado, quer pelas sucessivas crises económicas, que têm efeitos devastadores nestes territórios frágeis, quer pela constante falta de oportunidades do meio rural, face às oportunidades encontradas nos grandes aglomerados urbanos, levou a um abandono das práticas agrícolas tradicionais, contribuindo também, desta forma, para a degradação do território, dos habitats e, até, do desaparecimento de determinadas espécies que deixam de ter as condições necessárias à sua subsistência.

A intensificação e mecanização da agricultura tem sido também um dos grandes causadores da destruição de muito do património rural característico desta região, como sendo os muros e muretes, casinas e marouços. O ritmo de degradação destas estruturas de pedra seca é deveras assustador.



Nas últimas décadas, a intensa procura de pedra ornamental e de antigos elementos de pedra trabalhados, como sendo pias, cantarias, lajes de eiras, entre outros, por parte de empresas exportadoras deste tipo de materiais que os enviam como material decorativo para outros países, como sendo a Espanha e a França, levou ao desmantelamento de muito do património rural que persistiu, resistindo durante décadas ou, até mesmo, centenas de anos.

4.2. Aspetos a serem trabalhados no território

O modelo de cogestão em curso, assente numa gestão participativa e de proximidade, pretende aproximar as populações e o público em geral ao PNSAC e MNPD OTN, pelo envolvimento da população no processo de construção do plano de cogestão, representando um passo importante para o estabelecimento de uma relação de proximidade entre as entidades gestoras e os restantes atores e intervenientes no território.

Existem diversos aspetos que se consideram deverem ser alvo de um trabalho dedicado. É fundamental para o PNSAC e MNPD OTN fomentar o sentido de pertença e identificação das comunidades locais, pelo que se pretende que seja fomentado o conceito de Parque Natural e que os habitantes sintam que é um privilégio viver dentro de uma área protegida.

Para que isso aconteça, é fundamental valorizar as comunidades, passando obrigatoriamente por melhorar a sua qualidade de vida, havendo para isso um conjunto de medidas e ações vertidas neste plano de cogestão que têm como principal objetivo ultrapassar alguns dos principais constrangimentos a que estão sujeitas.

Alguns destes constrangimentos estão abrangidos no âmbito específico da cogestão, e outros, mesmo não estando diretamente, a Comissão de Cogestão poderá dar apoio, de alguma forma, na sua elaboração/concretização. São eles os seguintes:

- Aumentar as ações de promoção e divulgação do PNSAC e MNPD OTN, garantido qualidade, coerência e rigor de conteúdos;
- Promover a realização de estudos sobre o PNSAC e MNPD OTN, que permitam fazer o rastreamento dos ecossistemas e das espécies presentes, melhorando o conhecimento existente e as medidas de gestão e conservação;
- Aumentar a promoção de projetos educativos que integrem e promovam o tema da área protegida, em particular, do PNSAC e MNPD OTN;



- Contribuir para a melhoria da literacia sobre a área protegida nos operadores turísticos, seus colaboradores e outros prestadores de serviços no PNSAC e MNPD OTN;
- Promover a melhoria e certificação das estruturas de receção e apoio aos visitantes no PNSAC e MNPD OTN;
- Promover e valorizar os produtos e serviços locais;
- Promover o empreendedorismo e a inovação como forma de criação de emprego no PNSAC;
- Valorização e recuperação do património rural;
- Criar uma rede de transportes intermunicipal que garanta a mobilidade da população local e dos visitantes no PNSAC;
- Garantir a digitalização e a transformação energética no território rural onde se insere o PNSAC.

4.3. Posicionamento estratégico

A posição estratégica do PNSAC e MNPD OTN assenta na análise SWOT (Tabela II) desenvolvida, que reflete, de uma forma simbólica, a realidade conjuntural destas áreas protegidas. Esta análise é incontornável para a formulação da estratégia a implementar, consubstanciada por este plano de cogestão. Esta estratégia assenta nos eixos de atuação, referidos no ponto 2.5., e pretende alcançar os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção do património biológico, geológico e cultural presente no PNSAC e MNPD OTN;
- Apoiar a realização de projetos científicos, de conservação da natureza e ligados ao património cultural sobre o PNSAC e MNPD OTN;
- Consolidar e fomentar a participação dos atores-chave e/ou população local nos mecanismos de planeamento e nos órgãos de decisão referentes ao PNSAC;
- Promover a divulgação do PNSAC e MNPD OTN como experiência “ímpar” de valor cénico, espiritual, cultural, natural, etc., de valor incalculável;
- Promover e garantir que o PNSAC e MNPD OTN seja um destino turístico de qualidade.



4.4. Estratégia consensualizada para o território

A estratégia definida para este território, assente nos eixos estratégicos identificados no ponto 2.5 deste documento, resulta essencialmente da interpretação da matriz SWOT (tabela III), e que consiste numa análise de cenário, que traça, de modo simples, a realidade existente no território do PNSAC.

Sendo um diagnóstico sobre esta área, a análise de cenário permite formular a estratégia que se pretende concretizar com o plano de cogestão, para o período de 2024-2027, cuja implementação permitirá alavancar a mudança para atingir os objetivos definidos neste plano de cogestão.

Identificadas as forças e as fraquezas nesta matriz, que têm diversas ordens e origens, é fundamental que nas opções futuras para a gestão do território se potenciem as forças e se mitiguem as fraquezas.

Já no que diz respeito às ameaças e oportunidades identificadas, sendo elas uma antecipação do futuro e estando relacionadas com fatores externos, permitem identificar aspetos que podem constituir constrangimentos à implementação de determinadas estratégias, ou outros, que podem ajudar a promover os objetivos delineados, bastando uma análise e atualização contínua do diagnóstico, de modo a garantir a devida adequação das estratégias estabelecidas para o território do PNSAC.

A estratégia consensualizada para o território foi desenvolvida com base em diferentes eixos estratégicos, de diferentes áreas, como a promoção, a comunicação e sensibilização, a valorização das estruturas existentes, a valorização e promoção das atividades e produtos compatíveis com objetivos de atuação da AP, o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental, a (in)formação da comunidade e dos agentes locais e a valorização e proteção dos valores naturais.

Assim, a Comissão de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN assume ainda os seguintes compromissos:

- Comunicação da identidade do PNSAC e MNPD OTN através de atividades que promovam o envolvimento dos atores chave e restante sociedade civil, particularmente através da elaboração de materiais de divulgação e promoção;
- Sensibilização e capacitação através de atividades e iniciativas que permitam conhecer o capital natural e cultural do PNSAC e MNPD OTN, nomeadamente através de ações de formação dirigidas aos atores-chave, alinhadas com as atividades socioeconómicas e valores de conservação da natureza, promovendo um uso sustentável destas áreas protegidas.
- Fomento e promoção de parcerias estratégicas e de iniciativas participativas com os atores locais que visem promover e valorizar o território do PNSAC e



MNPD OTN, por via de ações que criem e promovam estruturas de apoio à visitação, proporcionando experiências de qualidade aos visitantes e restantes utilizadores destas áreas protegidas.

5. Auscultação e envolvimento de atores chave

5.1. Atores chave

Os atores chave, parceiros estratégicos para a definição da estratégia e respetiva implementação no território, foram identificados em cada um dos concelhos do PNSAC e estão listados no anexo I, dividindo-se nas seguintes áreas de atividade/intervenção:

- Entidades governamentais de âmbito nacional, regional ou local;
- Associações de desenvolvimento local e regional;
- Organizações não governamentais de ambientes;
- Municípios e juntas de freguesia do PNSAC;
- Instituições de ensino;
- Forças de segurança e proteção civil;
- Entidades de saúde, ação social e emprego;
- Associações comerciais, empresariais e similares;
- Cooperativas agrícolas, associações de produtores;
- Associações florestais, associações de proprietários, zonas de caça associativa e turística e clubes de caça e pesca;
- Associações e grupos locais de cultura, etnografia, artes, desporto e grupos de escuteiros;
- Entidades, organizações e empresas de turismo (animação turística, restauração e alojamento);
- Produtores / transformadores

5.2. Processo de auscultação

Na auscultação e envolvimento dos atores locais do PNSAC e MNPD foram utilizadas várias metodologias de participação pública (Tabela V), envolvendo no total ____ pessoas, entre ____ e ____ de 2023, e considerando:



- Reuniões com as Câmaras Municipais do PNSAC;
- Reuniões com as Junta das Freguesia do PNSAC;
- Reuniões com alguns dos atores-chave;
- Sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão;
- Sessões participativas temáticas;
- Questionários para recolha de contributos, *online* e em papel.

Tabela V: Resumo das sessões realizadas no âmbito da cogestão do PNSAC e MNPD OTN

SESSÕES	PARTICIPANTES	OBJETIVOS
Sessões Públicas de apresentação do modelo de cogestão (___ e ___ de 2023)		
Alcanena Alcobaça Ourém Porto de Mós Rio Maior Santarém Torres Novas		• Dar a conhecer o modelo de cogestão das áreas protegidas e os seus objetivos; • Apresentar os elementos da Comissão de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN; • Caracterizar sucintamente o PNSAC, para reconhecimento dos seus valores naturais e culturais; • Promover a aproximação dos atores locais para os processos de tomada de decisão; • Fazer o ponto da situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da cogestão; • Auscultar os atores locais no que se refere à sua opinião sobre oportunidades e constrangimentos associados ao PNSAC.
Subtotal		
Reuniões com Presidentes de Câmara (23 de agosto a 6 de setembro de 2023)		
Alcanena Alcobaça Ourém Porto de Mós Rio Maior Santarém Torres Novas	4 6 3 3 6 3 3	• Discutir o modelo de cogestão em implementação no PNSAC e MNPD OTN e qual a estratégia a seguir, nomeadamente ao nível de projetos a implementar na região.
Subtotal	28	
Reuniões com Presidentes das Juntas de Freguesia do PNSAC (5 a 25 de setembro de 2023)		
Alcanena Alcobaça Ourém Porto de Mós Rio Maior Santarém Torres Novas	7 3 2 7 2 1 4	• Dar a conhecer o modelo de cogestão das áreas protegidas e os seus objetivos; • Apresentar os elementos da Comissão de Cogestão do PNSAC MNPD OTN; • Caracterizar sucintamente o PNSAC, para reconhecimento dos seus valores naturais e culturais; • Fazer o ponto da situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Cogestão; • Auscultar os executivos no que se refere à sua opinião sobre oportunidades e constrangimentos associados ao PNSAC.
Subtotal	26	
Reuniões com atores-chave (15 de setembro a 16 de novembro de 2023)		
Diversos (Ponto 5.1.)	36	• Dar a conhecer o modelo de cogestão das áreas protegidas e os seus objetivos; • Apresentar os elementos da Comissão de Cogestão do PNSAC MNPD OTN; • Caracterizar sucintamente o PNSAC, para reconhecimento dos seus valores naturais e culturais; • Fazer o ponto da situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Cogestão; • Auscultar os executivos no que se refere à sua opinião sobre oportunidades e constrangimentos associados ao PNSAC.
Subtotal	36	
SESSÕES PARTICIPATIVAS TEMÁTICAS (___ a ___ 2023)		
		• Aproximar os atores-chave da AP e envolvê-los na identificação e priorização de medidas e ações necessárias no território; • Divulgar o modelo de cogestão, salientando as oportunidades trazidas por este; • Apresentar as linhas de ação do plano de cogestão e obter contributos; • Promover a partilha de experiências entre os atores dos municípios do PNSAC; • Refletir sobre os desafios, soluções e projetos para o território.
Subtotal		(A concluir após processo de consulta pública)

Nas referidas reuniões, onde se discutiu o modelo de cogestão e o envolvimento dos parceiros no processo, foram colocadas questões enquadradas nos seguintes pontos chave:

- Caracterização do território e identificação de constrangimentos/potencialidades na gestão da área protegida na perspetiva dos atores locais;
- Identificação de prioridades/necessidades do território pelos atores locais e de potenciais áreas de atuação conjunta;
- Identificação de propostas de projetos/ações prioritários pelos atores locais na valorização do PNSAC e MNPD OTN.

5.2.1. Resultado da auscultação pública no âmbito da cogestão - Questionário

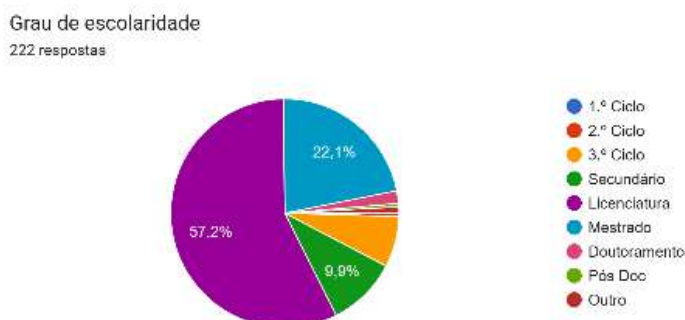
Os resultados obtidos no âmbito de questionário realizado (Anexo II), com o objetivo conhecer a perspetiva dos inquiridos sobre alguns aspetos que caracterizam o PNSAC e o MNPD OTN, resultaram de um inquérito digital e em papel. O mesmo foi disponibilizado *online* entre 10 de outubro e 16 de novembro de 2023.

5.2.2. Resultado dos Questionários

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

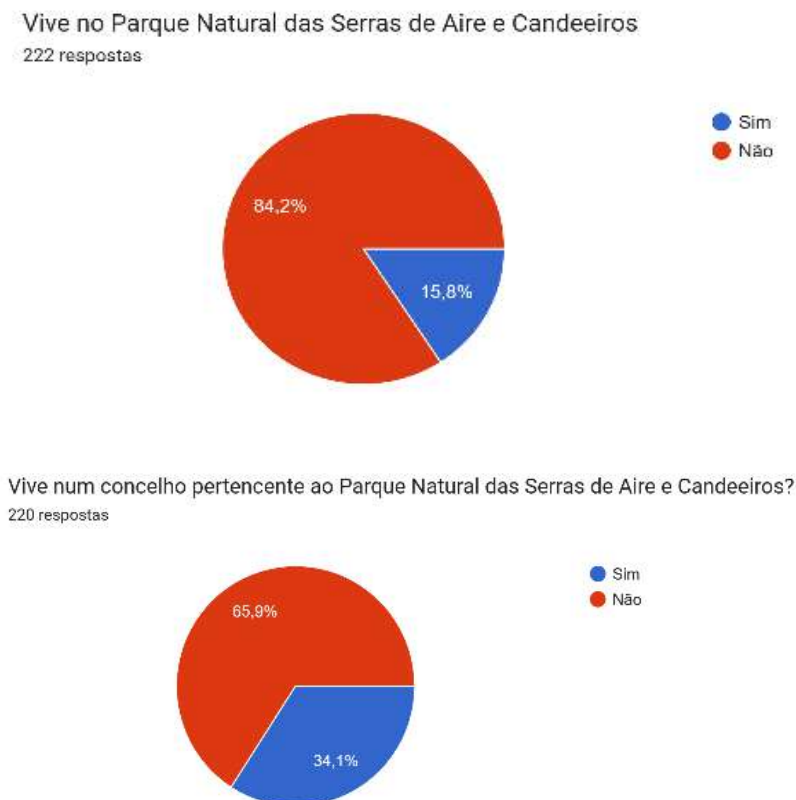
No âmbito do questionário realizado, foram obtidas 222 respostas, das quais, 71,5% foram do género feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 65 anos de idade (cerca de 91%), a maioria de um nível de formação superior (57,2%) (ver gráfico 3), de pessoas provenientes das mais diversas regiões do país, com especial relevância para os 7 municípios que compõem o PNSAC .

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos inquiridos



Dos inquiridos, apenas 15,8% vive no PNSAC e dos 84,2% que vive fora, 34,1% num dos municípios abrangidos pelo Parque Natural (ver gráfico 4).

Gráfico 4: Proveniência dos inquiridos



Dos inquiridos, 95,4% já visitaram o Parque Natural e destes, 51,9%, foram motivados pelos valores culturais e naturais, e 45,2%, apenas pelos valores naturais existentes.

A maioria dos inquiridos refere que efetuou a visita sem recorrer a nenhuma empresa, associação e/ou entidade (72,8%), que procurou algum tipo de informação sobre a área protegida (71,2%), tendo sido fácil obter essa mesma informação (73,4%).

Questionados sobre quais as três palavras que associam ao PNSAC, de mencionar que paisagem (72,5%), natureza (71,2%), biodiversidade (68%) e geodiversidade (47,3%), foram as mais votadas, ficando as restantes, cultura, gastronomia, pedreiras, ruralidade e satisfação, equiparadas, com valores que rondam os 15 a 20%. Apenas 1,8% considera que a visita ao Parque Natural é uma decepção.

De todos os inquiridos, 97,7% consideram que visitar o PNSAC é uma boa prática para valorizar e conservar os seus valores naturais (fauna, flora e geologia), sendo que, a maioria, classifica a acessibilidade, o estacionamento e a segurança, entre “Satisfatória” e “Boa”, havendo diferentes opiniões relativamente à sinalização e à interpretação dos



locais visitados, com uma ligeira subida nas opiniões que consideram estas duas áreas de “Insatisfatórias”, face às anteriores.

Os valores naturais identificados como sendo os mais importantes, na escolha dos inquiridos, foram a geologia (76,6%), a flora (70,7%), seguidas da fauna (50%) e da água (46,8%). Não obstante esta última ser das mais importantes para a sobrevivência de todos os seres vivos e de ser um recurso muito vulnerável, o facto de não haver cursos de água à superfície poderá ser o motivo por ser o valor natural ao qual se dá menos importância, apesar de ela ser o motor desta serra, não só porque sustenta a sua componente biológica, como também a sua dinâmica geológica.

Relativamente às ações consideradas prioritárias para a promoção dos valores naturais do PNSAC, 44,1% dos participantes considera que devem ser realizadas mais ações de sensibilização no Parque, enquanto cerca de 15%, em *ex aequo*, consideram prioritária a melhoria e recuperação dos Centros de Interpretação de Porto de Mós e de Rio Maior e um maior investimento em investigação e divulgação sobre os valores naturais existentes. Em *ex aequo* também, com cerca de 9%, surgem a produção de mais documentos de apoio à visita e a construção de novos centros de interpretação, nos concelhos onde essas estruturas são inexistentes.

De todos os participantes neste inquérito, 92,3% considera importante a restrição das visitas a alguns locais por questões de conservação, sendo que 66,7% estariam disponíveis a participar em atividades relacionadas com a valorização do PNSAC.

Grande parte dos inquiridos, quando questionados sobre o que representa para si o PNSAC, identificou as grutas (74,3%), como sendo a característica mais marcante deste território, seguidas de outros elementos, como sendo as plantas aromáticas e medicinais (53,2%), as pegadas de dinossaúros (50%), os morcegos (36%), as orquídeas (23%) e, por fim, a Gralha-de-bico-vermelho (20,7%), tendo ainda sido enunciados outros elementos, com baixa representatividade.

No que compete às propostas, perceções e opiniões dos inquiridos, denota-se que a maioria dos inquiridos defende uma maior abertura institucional para com a comunidade local, com vista à definição de estratégias por parte dos atores-chave que propiciem o desenvolvimento local, sustentável, salvaguardando os valores culturais e naturais do território, revertendo a tendência de desertificação das aldeias serranas que se tem vindo a verificar nas últimas décadas.

É notória a escassez de oferta turística integrada, sendo identificada a necessidade de formação de guias especializados que desenvolvam atividades que promovam o território. A valorização e certificação dos produtos locais e a promoção e o incentivo à manutenção das atividades tradicionais, compatíveis com a conservação da natureza, são outro aspeto referido em muitas das propostas recebidas.

De modo genérico, 99,1% das pessoas que responderam ao inquérito considera importante o cumprimento do Código de Conduta de Visitação das Áreas Protegidas.

Em suma, destaca-se, em particular, a vontade conjunta em (re)vitalizar o PNSAC, nas valências social, ambiental, cultural e económica, mas, especialmente, na vontade conjunta em restaurar o sentido de pertença das populações em relação ao Parque e em (re)estabelecer a confiança entre as pessoas e as instituições.

Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios, Ourém-Torres Novas

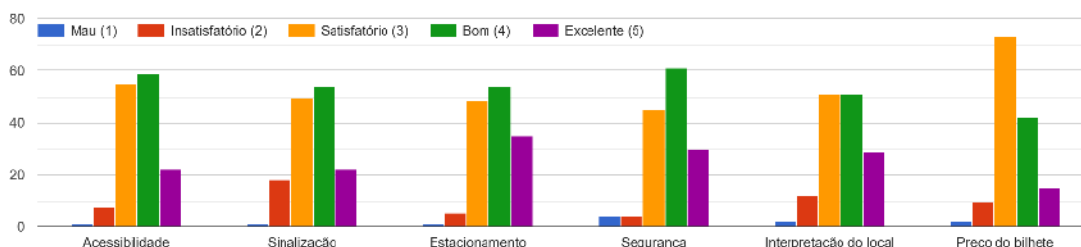
No que diz respeito ao MNPD OTN, das 222 respostas, apenas 10,3% correspondem a habitantes dos concelhos de Ourém ou Torres Novas, sendo os restantes de outras proveniências. Dos inquiridos, apenas 59,6% visitaram o Monumento Natural, 60% em contexto pessoal ou familiar, principalmente pela sua importância paleontológica (60,3%), a maioria, cerca de 94,4%, recomenda a experiência, considerando que a existência desta área protegida contribui para a valorização dos concelhos de Ourém e de Torres Novas (98,4%).

Dos visitantes que procuraram informações sobre o Monumento Natural antes da visita (67,1%), 72,3%, considera ter sido fácil obter essa informação, associando a experiência a conhecimento científico (42,6%), à descoberta (39,7%), à grandeza (30,5%) e à surpresa (14,2%). Apenas 10,6% dos inquiridos refere a experiência como tendo sido uma desilusão, provavelmente pela falta de meios interpretativos no local.

Relativamente a questões como a acessibilidade, sinalização, segurança, interpretação do local e preço do bilhete, a maioria dos visitantes considerou que as mesmas estavam entre o razoável e o bom, conforme podemos verificar no Gráfico 5.

Gráfico 5: Avaliação da acessibilidade, sinalização, segurança, interpretação do local e preço do bilhete

Da sua visita, avalie de 1 a 5 os seguintes aspectos:



Relativamente às ações considerada prioritárias realizar no Monumento Natural, 24% dos inquiridos responderam ser prioritária a realização de ações de conservação das pegadas,



ter mais visitaçaõ acompanhada (18%), a existênciã de audioguias para a visitaçaõ, a necessidade de melhorias no Centro de Interpretaçaõ e mais interpretaçaõ do local (17,3%, 14% e 14%, respetivamente). A interdiçaõ de alguns locais à visitaçaõ, por questões de conservaçaõ dos valores naturais, é entendida como necessária pela maioria dos inquiridos (93,7%).

Das sugestões acolhidas para o MNPD OTN, de referir que a maioria das pessoas consideram importante a criaçaõ de um Parque Temático no local, conciliando os diversos espaços necessários para garantir a permanênciã dos visitantes durante mais tempo.

Para isso, para além de ser necessário apostar numa melhor comunicaçaõ e divulgaçaõ do local, também sugerem a melhoria generalizada das estruturas de visitaçaõ associadas, nomeadamente do parque de estacionamento, da zona de receçaõ do visitante, bem como a criaçaõ de mais espaços de lazer na zona envolvente ao geossítio e a existênciã de uma cafetaria ou de um refeitório com confeçaõ e serviço de refeições no próprio local.

Outro aspeto relevante identificado é a construçaõ de um Centro Interpretativo com mais estruturas de apoio à visitaçaõ e interpretaçaõ do local, com módulos e equipamentos interativos alusivos às temáticas da geologia e da paleontologia, onde seja possível realizar mais atividades sobre estas áreas do conhecimento.

5.2.3. Consulta pública

Com a proposta de plano de cogestãõ do PNSAC e MNPD OTN concluída, a mesma foi submetida a consulta pública, por um período de 23 dias úteis, entre 19 de dezembro de 2023 e 22 de janeiro de 2024, sendo publicitada através de edital municipal e nos sítios na internet das entidades representadas na Comissão de Cogestãõ, como previsto no n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto de 2019, na sua redaçaõ atual.

Durante o período de consulta pública, para além de diversas sessões que foram realizadas no território do PNSAC, a Comissão de Cogestãõ criou alguns canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica, para o qual se disponibilizou um formulário com o objetivo de recolher contributos numa forma enquadrada na estrutura do documento.

A divulgaçaõ relativa à consulta pública desta proposta foi feita através de diversos meios, de modo a garantir o acesso a essa informaçaõ, tendo sido feita em diversos suportes, inclusive, através dos sítios na Internet das entidades representadas na Comissão de Cogestãõ.



Com o objetivo de dar a conhecer o documento e de fomentar a participação e a submissão de contributos por parte de todos os interessados, a Comissão de Cogestão realizou 7 sessões públicas, presenciais e online, de apresentação da proposta de plano de cogestão, nos dias _____ de 2023, nas quais participaram _____ pessoas.

Concluído o período de consulta pública, que contou com ____ participações, num total de _____ contributos, foi elaborado o respetivo relatório de ponderação à proposta de plano de cogestão (Anexo ____), refletindo o conjunto dos contributos recebidos e a respetiva análise, ponderação e respetiva justificação realizadas pela respetiva Comissão de Cogestão, e, quando aplicável, a forma de integração de cada contributo.

6. Programa de medidas e ações prioritárias

No seguimento dos resultados do processo de auscultação realizada aos atores chave (ponto 5.3. deste documento), da análise SWOT efetuada (ponto 4. deste documento), dos aspetos considerados a ser trabalhados para o território (ponto 4.2. deste documento) e da estratégia delineada para os levar a cabo (ponto 2.5. deste documento), tendo por base os eixos de atuação definidos (ponto 2.5.1. deste documento), foram identificadas medidas e ações prioritárias para o território do PNSAC e MNPD OTN (Tabela III).

A implementação do modelo de cogestão no PNSAC e MNPD OTN integra uma programação de 10 Medidas implementadas por 80 Ações, consideradas prioritárias a prosseguir face à estratégia delineada. As medidas apresentadas inserem-se nas Linhas Estratégicas apontadas para cada Eixo e incluem Ações transversais ao território e/ou de âmbito municipal.

Para cada ação prioritária é apresentada uma ficha onde são definidos indicadores de realização e previstos instrumentos e linhas de financiamento possíveis, para além de definir o seu grau de prioridade, riscos e ameaças à sua realização, entidades envolvidas na mesma e o seu valor de investimento previsto.

6.1. Eixo 1 – Promoção do PNSAC e MNPD OTN

No Eixo 1, focado na valorização e promoção do território, encontram-se medidas indispensáveis face ao diagnóstico efetuado, com a definição de ações prioritárias para o PNSAC e MNPD OTN que levam a:

- Posicionar o território criando uma marca identitária forte, representativa dos seus recursos e valores naturais, da sua geografia e da sua cultura, passíveis de



ser transposta para a sua comunicação, mas também para os produtos e serviços nele gerados;

- Investir na recuperação e requalificação das estruturas existentes, bem como, criar novas estruturas de apoio à visitação, garantindo o incremento da oferta, quer em termos quantitativos, quer qualitativos;
- Investir em processos de certificação do próprio território, dos seus agentes ligados ao turismo de natureza e serviços associados, dos percursos de natureza, de modo a elevar e garantir a qualidade da oferta e da sua gestão;
- Criar uma dinâmica económica e social em torno da atividade turística sustentável, recorrendo à estruturação produtos turísticos sustentáveis para vários públicos, planear e estruturar a visitação e fomentar o ordenamento dos fluxos turísticos entre as áreas periféricas e o território PNSAC;
- Criar e dinamizar uma rede colaborativa capaz de promover o desenvolvimento sustentável do território;
- Trabalhar com as comunidades de modo a capacitar, mas também, a melhorar a sua qualidade de vida como elementos vivos do território;
- Trabalhar com os agentes económicos da cadeia de produção e de serviços para promover a sua aproximação e valorizar os produtos endógenos, contribuindo para diminuição da pegada ecológica;
- Investir na qualidade e capacitação de produtores e produtos do território com objetivo de aproximar a formas de produção biológica certificada.

6.2. Eixo 2 – Comunicação e sensibilização do PNSAC e MNPD OTN

No Eixo 2, focado na comunicação e sensibilização, encontram-se medidas indispensáveis face ao diagnóstico efetuado, com a definição de ações prioritárias PNSAC e MNPD OTN que levam a:

- Encontrar a melhor estratégia de comunicação e respetivos meios a utilizar para cada um dos objetivos e alvos a atingir;
- Criação de conteúdos multimédia adequados aos recursos em presença no PNSAC e MNPD OTN;
- Promover a animação temática atrativa e capaz também de comunicar os valores do território;



- Dotar o território de ferramentas digitais que garantam uma presença digital eficaz e recurso a tecnologia para monitorizar impactes, capacidades de carga e retorno da utilização dos recursos.

6.3. Eixo 3 – Valorização e proteção do património natural do PNSAC e MNPD OTN

No Eixo 3, focado para a valorização e proteção do património natural, encontram-se medidas indispensáveis face ao diagnóstico efetuado, com a definição de ações prioritárias para o PNSAC e MNPD OTN que levam a:

- Conservação dos valores e recursos naturais do PNSAC;
- Sensibilização ambiental sobre os valores e recursos do PNSAC, nomeadamente junto do público escolar e juvenil;
- Protocolos com instituições académicas para estudos, investigação e publicações sobre o PNSAC e MNPD OTN;
- Coordenação científica de ações que levem a aumentar o conhecimento e o valor conhecido do património do PNSAC e MNPD OTN.

7. Instrumentos e linhas de financiamento

Foram estimados valores de investimento para cada uma das ações previstas no plano de cogestão do PNSAC e MNPD OTN, que se apresentam agrupados por medida e por eixo na Tabela VI, detalhadas ao pormenor, no Anexo III a), b), c) e d).



Tabela VI – Programa de medidas e ações e respetivo orçamento

Eixo 1. Promoção	
MEDIDA A - Infraestruturação ou Reabilitação Estrutural (com vista à valorização do Património Natural)	
5 Linhas de Ação	
A 1 - Criação de Portas de Entrada	
A 2 - Valorização de Recursos e Infraestruturas	
A 3 - Recuperação e Valorização do Património Cultural e Rural	
A 4 - Estruturas de Mobilidade e Visitação Turísticas Sustentáveis	
A 5 - Qualidade e Segurança dos Espaços de Visitação	
11 Ações	28 140 000,00 €
MEDIDA B - Atividades Económicas Compatíveis com a Proteção dos Valores e Recursos Naturais	
4 - Linhas de Ação	
B 1 - Certificação Nacional e Internacional do Território e dos Agentes Locais	
B 2 - Certificação e Homologação da Rede de Percursos	
B 3 - Promoção das Atividades Tradicionais	
B 4 - Turismo e Desportos de Natureza	
10 Ações	4 565 000,00 €
MEDIDA C - Bens Produzidos com Recursos Endógenos	
3 Linhas de Ação	
C 1 - Criação de uma Bioregião no território dos 7 Municípios	
C 2 - Integração de Cadeias Curtas e Economia Circular	
C 3 - Promoção da Marca Territorial e Criação de Selos de Origem para Produtos/Serviços	
4 Ações	395 000,00 €
MEDIDA D - Novas Atividades e Produtos Passíveis de Atribuir Valor aos Recursos e Valores Naturais	
2 Linhas de Ação	
D 1 - Valorização da Rede de Geosítios	
D 2 - Gestão de Habitats e Valorização de Outros Espaços Naturais	
7 Ações	17 443 000,00 €
MEDIDA E - Gestão colaborativa	
2 Linhas de Ação	
E 1 - Governação e Gestão de Redes Colaborativas	
E 2 - Calendário de Animação Anual	
3 Ações	2 710 000,00 €
MEDIDA F - Inovação Tecnológica, Económica e Social nas Práticas Aplicadas à Manutenção das Atividades e Produtos Tradicionais	
5 Linhas de Ação	
F 1 - Portal Turístico PNSAC	
F 2 - Plataforma de Monitorização (contagem e controlo digital e físico)	
F 3 - Smart Villages - Aldeias Inteligentes	
F 4 - Transição Climática e Neutralidade Carbónica	
F 5 - Gestão da Visitação	
5 Ações	10 840 000,00 €
MEDIDA G - Sentido de Pertença das Populações e dos Atores-chave	
3 Linhas de Ação	
G 1 - Ações de Envolvimento da Comunidade	
G 2 - Aldeias de Portugal	
G 3 - Interação entre o Turismo e as Comunidades Locais	
5 Ações	3 400 000,00 €
Subtotal	67 493 000,00 €



EIXO 2. Comunicação e sensibilização	
MEDIDA H - Sobre os Valores Naturais Existentes	
7 Linhas de ação	
H 1 - Construção de Narrativas e Imagem Próprias	
H 2 - Publicações sobre o PNSAC	
H 3 - Eventos Temáticos sobre o PNSAC (CARSO)	
H 4 - Ações de Informação e Sensibilização	
H 5 - Desenvolvimento e Implementação de Estratégia de Promoção e Comunicação	
H 6 - Sinalética e Painéis Interpretativos no PNSAC	
H 7 - Promoção dos Valores Culturais e Naturais	
16 Ações	4 140 000,00 €
MEDIDA I - Sobre Boas Práticas e Usufruição do Território	
2 Linhas de Ação	
I 1 - Estratégia de Educação Ambiental	
I 2 - Formação e Capacitação para Visitação do Território	
7 Ações	1 440 000,00 €
Sub total	5 580 000,00 €
Eixo 3. Comunicação e sensibilização	
MEDIDA J - Estudo, Valorização e Proteção do Património Natural	
2 Linhas de Ação	
J 1 - Ações de Salvaguarda e Proteção do Património (no âmbito da visitação)	
J 2 - Aplicação da Convenção de RAMSAR (Polje de Mira-Minde e Nascentes associadas) e de Outras Zonas Húmidas do PNSAC	
12 Ações	2 830 000,00 €
Sub total	2 830 000,00 €
Investimento total	<u>75 903 000,00 €</u>

7.1. Estratégia de financiamento das medidas e ações

Em termos de linhas de financiamento, consoante o seu âmbito, as medidas poderão ser enquadráveis em instrumentos como:

- Fundo Ambiental, Fundo Azul ou outros fundos;
- Receitas próprias do ICNF, I. P.;
- Verbas disponibilizadas pelos 7 municípios abrangidos pela área protegida;
- Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;



- Programas que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente os disponibilizados pelo Turismo de Portugal;
- Programas com fundos da União Europeia sujeitos a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, como a prevista ITI Oeste e Vale do Tejo ou os programas INTERREG e LIFE, DLBC LEADER, entre outros.

8. Monitorização

Conforme o referido no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, “o plano de cogestão deve prever os indicadores de realização aplicáveis à área protegida para o período da sua vigência, mensuráveis anualmente, que permitam comparar a situação do momento com a situação de referência anterior à execução das medidas e ações previstas”.

Nesse sentido, foi publicada a Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, que define um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas, podendo cada plano adotar novos indicadores.

8.1. Indicadores de realização

A referida Portaria, determina 21 indicadores mínimos obrigatórios, conforme se pode verificar no Anexo IV, para garantir uma maior adequação do processo de avaliação e monitorização às ações previstas, em concordância com as especificidades do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

No Anexo V, apresenta-se o conjunto dos indicadores de monitorização do Plano de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN.

A par da designação das temáticas e indicadores, o quadro apresenta a unidade de medida e o número de referência da sua aferição.

9. Publicitação e divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

A informação relevante produzida no âmbito da cogestão do PNSAC MNPD OTN será divulgada nas plataformas *online* das entidades que compõem a sua Comissão de Cogestão, numa plataforma digital criada para a cogestão e nas redes sociais que venham a ser criadas.



De mencionar que os vários métodos de divulgação e comunicação da informação relevante sobre a cogestão serão detalhados pormenorizadamente no plano de comunicação previsto no plano de cogestão.

O referido plano de comunicação será elaborado por uma equipa profissional e especializada em comunicação, de modo a garantir uma abordagem e metodologia mais adequadas aos objetivos propostos.

Não obstante do acima exposto, está previsto o recurso a outros meios de divulgação, nomeadamente através dos meios de comunicação locais, como sendo os jornais locais, rádios, tv's locais e redes sociais, entre outros.

10. Conclusão

O Plano de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN revela uma estrutura sólida, com uma visão ambiciosa, sendo exequível, com a união e participação de todos os atores chave envolvidos, sendo o maior desafio, a coordenação entre a multiplicidade de entidades públicas e privadas, a comunidade local e outros intervenientes. O conjunto de intervenções projetadas neste documento, visam, para além da promoção do território, salvaguardar a riqueza natural e cultural da região, garantindo, em simultâneo, o desenvolvimento económico e social sustentável.

11. Anexos

Anexo I - Lista do património cultural classificado no PNSAC

Anexo II - Questionário

Anexo III a) - Eixo I – Quadro resumo de medidas e ações

Anexo III b) – Eixo II – Quadro resumo de medidas e ações

Anexo III c) – Eixo III – Quadro resumo de medidas e ações

Anexo III d) – Fichas de ação

Anexo IV - Indicadores mínimos obrigatórios

Anexo V - Conjunto dos indicadores de monitorização do Plano de Cogestão do PNSAC e MNPD OTN



12. Referências Bibliográficas

Decreto-Lei n.º 116/2019 - Define o modelo de cogestão das áreas protegidas. Diário da República, 21 de agosto.

Despacho n.º 5123/2023 - Determina a composição da comissão de cogestão do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Diário da República, 3 de maio.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2023. Aprova a atualização dos limites e o Programa Especial do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Diário da República, 1 de setembro.

Lei n.º 63/2023 - Revê o modelo de cogestão de áreas protegidas, para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização, alterando o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto. Diário da República, 16 de novembro

Portaria n.º 67/2021 - Conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas. Diário da República, 17 de março.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000 - Aprova a 1.ª fase da lista nacional de sítios. Diário da República, 5 de julho.

Decreto-Lei n.º 118/1979 – Cria o Parque natural das Serras de Aire e Candeeiros. Diário da República, 4 de maio.

Webgrafia:

<https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pnserrasdeaireecandeeiros>

<https://www.icnf.pt/cogestao>

https://www.researchgate.net/publication/347050779_O_sitio_acheulense_do_Plistoceno_medio_da_Gruta_da_Aroeira

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277379117309757>